



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RICELLIANO DE SOUZA CARDOSO

**EFEITOS DA CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL NA
PROBABILIDADE DE REELEIÇÃO DE PREFEITOS BRASILEIROS**

Natal/RN
2022

RICELLIANO DE SOUZA CARDOSO

**EFEITOS DA CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL NA
PROBABILIDADE DE REELEIÇÃO DE PREFEITOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Severino Cesário de Lima

Coorientador: Prof. Dr. Luís Manuel E. R. Vieira

Área de concentração: Mensuração e Evidenciação contábil

Linha de Pesquisa: Estudo dos impactos da contabilidade nas organizações e na sociedade

Natal/RN
2022

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Cardoso, Ricelliano de Souza.

Efeitos da Condição Financeira Governamental na Probabilidade de Reeleição de Prefeitos Brasileiros / Ricelliano de Souza Cardoso. - 2022.
65f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Natal, RN, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Severino Cesário de Lima.

Coorientador: Prof. Dr. Luís Manuel E. R. Vieira.

1. Condição financeira governamental - Dissertação. 2. Finanças municipais - Dissertação. 3. Ciclos políticos - Dissertação. I. Lima, Severino Cesário de. II. Vieira, Luís Manuel E. R. III. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. IV. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 352:336.13

RICELLIANO DE SOUZA CARDOSO

**EFEITOS DA CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL NA
PROBABILIDADE DE REELEIÇÃO DE PREFEITOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre em Ciências Contábeis.

COMISSÃO AVALIADORA

Prof. Dr. Severino Cesário de Lima

Presidente da Comissão – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Prof. Dr. Anailson Marcio Gomes

Membro Examinador Interno
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Prof. Dr. Josedilton Alves Diniz

Membro Examinador Externo
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Este trabalho é dedicado a minha amada esposa, Christiane Cardoso, e aos meus queridos filhos, Luís e Mariana, pelo amor incondicional, compreensão e apoio nessa áspera e longa jornada acadêmica, que por aqui ainda não se encerra, e aos meus pais pelo carinho, amor e educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir chegar onde cheguei e por me mostrar que este é apenas o começo da longa jornada da vida.

Aos meus pais pelo dom da vida, pelos ensinamentos, dedicação, carinho e por sempre acreditarem em mim. Eles que comigo vivenciaram diversos momentos difíceis, mas que, com sabedoria e parcimônia, sempre me conduziram com perseverança e coragem para o porto seguro.

Ao meu irmão pela amizade e ensinamentos proporcionados durante minha vida e pela compreensão nos períodos em que estive afastado ou mais desanimado.

Aos amigos que a Universidade me proporcionou e que foram essenciais nos momentos de dificuldades acadêmicas, mostrando-me que para a realização desse sonho sempre foi preciso persistir.

Ao professor Dr. Ronaldo Rêgo pela generosa paciência e por todos os incentivos, correções, comprometimento e profissionalismo que me possibilitou ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.

Ao meu orientador, o professor Dr. Severino Cesário de Lima, pelos ensinamentos e empenho, correções, comprometimento e profissionalismo nessa árdua e desafiadora jornada. Assim como ao meu Coorientador, o professor Dr. Luís Manuel Vieira, por ter-me incentivado na decisão de ingressar no programa de pós-graduação, pelo apoio e inestimáveis contribuições na construção deste trabalho.

Especialmente à minha amada esposa, Christiane, pela incomensurável paciência em dias de destempero, pelo companheirismo quando mais precisei e pelo amor que cultivava em nosso lar.

Aos amados filhos, Luís e Mariana, pelo amor incondicional, pela perseverante compreensão em momentos de ausência, pelo apoio nessa dura jornada e por me ensinarem a ser um pai melhor a cada dia.

Por fim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram na construção dessa etapa de minha vida, minha eterna gratidão.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos
não é senão uma gota de água no mar. Mas o
mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.

(Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

A preservação da saúde financeira é fundamental para a gestão governamental sustentável e independente, entretanto, nos últimos anos, diversos municípios brasileiros vêm enfrentando problemas financeiros. Estudos sobre ciclos políticos já demonstraram a relação da gestão fiscal como instrumento de autopromoção para fins eleitorais, evidenciando que a estrutura fiscal tem considerável potencial de ser usada para o alcance de incentivos político-eleitorais, especialmente, a reeleição. À vista disso, considerando o comportamento potencialmente oportunista dos governantes, pressuposto pela teoria dos ciclos políticos, e a necessidade de uma gestão econômico-financeira eficiente e eficaz para a boa saúde financeira dos municípios, essa pesquisa objetivou investigar os efeitos da condição financeira na probabilidade de reeleição dos prefeitos. Para isso, foi composta uma amostra com 568 municípios e analisado o período entre 2016 e 2020. Para análise empírica, utilizou-se a técnica de regressão logística. Os resultados do estudo indicaram que o município classificado como de condição financeira sólida apresenta elevação na probabilidade de recondução do respectivo prefeito municipal em cerca de 0,09%, confirmando a hipótese de que quanto mais sólida a condição financeira, maior a probabilidade de recondução do prefeito. Por outro lado, a condição financeira frágil resulta na redução da probabilidade de recondução dos prefeitos municipais em aproximadamente 0,14%, confirmando também a segunda hipótese que previa menor probabilidade de recondução dos prefeitos em municípios com a condição financeira mais fraca. Esses achados contribuem com a literatura ao possibilitar entender como a condição financeira governamental impacta o ambiente político e as decisões políticas consequentes. Também agrega novas perspectivas ao controle social ratificando a necessidade de *accountability* dos gestores públicos e de ações preventivas, sustentáveis e estratégicas na melhoria das solvências financeiras por meio de critérios técnicos e científicos. Por fim, contribui ao processo eleitoral na medida que ajuda a compreender o nível de maturidade do eleitor brasileiro médio para valorizar ou punir governantes com viés oportunista que dão preferência a gastos mais perceptíveis em contraponto aos mais necessários.

Palavras-chave: Condição financeira governamental; finanças municipais; ciclos políticos

ABSTRACT

The preservation of financial health is essential for sustainable and independent government management, however, in recent years, several Brazilian municipalities have been facing financial problems. Studies on political cycles have already demonstrated the relationship of fiscal management as an instrument of self-promotion for electoral purposes, showing that the fiscal structure has considerable potential to be used to achieve political-electoral incentives, especially re-election. In view of this, considering the potentially opportunistic behavior of the rulers, presupposed by the theory of political cycles, and the need for an efficient and effective economic-financial management for the good financial health of the municipalities, this research aimed to investigate the effects of the financial condition on the probability for re-election of mayors. For this, a sample of 568 municipalities was composed and the period between 2016 and 2020 was analyzed. For empirical analysis, the logistic regression technique was used. The results of the study indicated that the municipality classified as having a solid financial condition presents an increase in the probability of reappointment of the respective municipal mayors by about 0.09%, confirming the hypothesis that the more solid the financial condition, the greater the probability of reappointment of the mayor. On the other hand, the fragile financial condition results in a reduction in the probability of reappointment of municipal mayors by approximately 0.14%, also confirming the second hypothesis that predicted a lower probability of reappointment of mayors in municipalities with the weakest financial condition. These findings contribute to the literature by making it possible to understand how the government's financial condition impacts the political environment and consequent policy decisions. It also adds new perspectives to social control, ratifying the need for accountability of public managers and preventive, sustainable and strategic actions to improve financial solvency through technical and scientific criteria. Finally, it contributes to the electoral process insofar as it helps to understand the maturity level of the average Brazilian voter to value or punish rulers with an opportunistic bias who prefer more noticeable spending as opposed to the most necessary.

Key words: Government financial condition; municipal finances; political cycles

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões de solvência da condição financeira governamental.....	17
Figura 2 - Ciclo político-econômico de Nordhaus	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ciclo Político	27
Tabela 2 - Descrição da variável dependente	28
Tabela 3 – Indicadores das Solvências Financeiras	28
Tabela 4 - Categorização do Indicador Composto da Saúde Financeira (ICSF).....	29
Tabela 5 - Conjunto de variáveis de controle	30
Tabela 6 - Taxa de êxito nas reeleições	34
Tabela 7 - Estatísticas Descritivas das Variáveis	35
Tabela 8 - Distribuição de Frequência da Variável Dependente	37
Tabela 9 - Matriz de Correlação	39
Tabela 10 - Matriz VIF	40
Tabela 11 - Resultados do Modelo Econométrico com o Indicador Composto da Saúde Financeira	42
Tabela 12 - Resultados do Modelo Econométrico com Variáveis Analíticas de Condição Financeira	45
Tabela 13 - Comparativo entre os modelos com o Indicador Composto da Saúde Financeira e com Variáveis Analíticas de Condição Financeira.....	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Contextualização do Problema	8
1.2 Objetivos da Pesquisa	11
1.3 Justificativa e Contribuições	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Condição Financeira Governamental.....	14
2.2 Ciclos Políticos	19
2.3 Estudos Anteriores e Hipóteses da Pesquisa.....	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
3.1 Caracterização da Pesquisa	26
3.2 População e Amostra	26
3.3 Definição das Variáveis	27
3.4 Modelo Econométrico.....	32
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
4.1 Análise Descritiva.....	34
4.2 Análise Explicativa	40
4.2.1 Resultados com Indicador Composto de Saúde Financeira	40
4.2.2 Resultados com Variáveis Analíticas de Condição Financeira	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICES	58

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Problema

A salutar condição financeira é requisito fundamental para a gestão governamental sustentável e independente, entretanto, nos últimos anos, diversos municípios brasileiros vêm enfrentando problemas financeiros. Crises econômicas e políticas vivenciadas nas últimas décadas, além de problemas na gestão das finanças públicas que impactam negativamente a condição financeira, são apontadas como fatores determinantes dos problemas financeiros e fiscais dos governos locais. Independentemente da origem das crises, o resultado parece ser o mesmo: prejuízos na prestação continuada de bens e serviços públicos de qualidade à comunidade.

No ano de 2019, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou pesquisa com objetivo de identificar a dimensão de municípios com dificuldades financeiras e constatou que, em uma amostra de 733 municípios brasileiros, 69 (8,9%) decretaram calamidade financeira e, dos que não haviam decretado, 229 (31,24%) tinham intenção de fazê-lo. Em geral, as principais justificativas dos gestores foram o desequilíbrio entre receitas e despesas, as dificuldades de pagamento de pessoal e a redução do nível de fornecimento de serviços essenciais como saúde e educação (CNM, 2020).

A deterioração da condição financeira impacta diretamente a capacidade de prestação de serviços públicos e o crescimento econômico dos entes subnacionais, tendo em vista a reduzida disponibilidade financeira para o próprio custeio e, também, a inviabilidade de recursos para investimentos por parte dos municípios. Não obstante, ainda influencia fortemente o consumo privado, especialmente, no âmbito dos seus servidores públicos, visto que a decretação do estado de calamidade torna pública a dificuldade/inviabilidade de os entes governamentais honrarem os pagamentos dos salários de seus servidores, bem como cumprirem com o pagamento de dívidas para com os mais diversos *stakeholders*, deixando inclusive de injetar recursos na economia local. Nesse cenário, a atuação vigilante dos gestores, órgãos fiscalizadores e sociedade civil no trato com as contas públicas pode ser a diferença entre a boa e a má condição financeira governamental.

Com diversos conceitos, terminologias e métodos de avaliação, pode-se, de forma ampla, entender a condição financeira governamental como a capacidade do governo de fornecer serviços de modo adequado e gerar fluxo de caixa suficiente para cumprir

tempestivamente as obrigações atuais e futuras decorrentes (Wang et al., 2007), por essa razão a condição financeira é afetada por fatores financeiros, ambientais e organizacionais.

Segundo Donato (2020), ao mesmo tempo que se entende a condição financeira como um conceito teórico já bem explorado e evoluído, não há consenso acerca de como medi-la ou prever seu comportamento. Todavia, tem-se bem sedimentado que a condição financeira governamental é mais que um simplório estado binário no qual é classificada simplesmente como boa ou ruim, mas um *continuum* refletido pela intensidade da pressão por gastos para atender às demandas da comunidade e a capacidade governamental de gerar crescimento econômico que possibilite o suprimento do respectivo fluxo de caixa com tributos, sem impor dificuldades intransponíveis aos contribuintes (Donato, 2020; Gorina, Joffe, et al., 2018).

Sendo assim, além das informações econômico-financeira dos entes públicos serem de notável utilidade para o controle interno e externo dos gastos públicos e da sustentabilidade fiscal, também subsidiam a análise da viabilidade financeira em relação à continuidade dos serviços públicos, da conformidade fiscal, do desempenho gerencial dos gestores, dos custos dos serviços e da avaliação da eficiência e efetividade das ações governamentais. Essas ações de controle também evidenciam os efeitos da formulação das políticas públicas com vistas a assegurar o estudo da condição financeira governamental e contribuir para o processo de *accountability* (Lima & Diniz, 2016).

Portanto, baseados em uma coerente avaliação da gestão governamental, refletida, dentre outros aspectos na condição financeira governamental, os cidadãos podem expressar sua satisfação em relação à gestão pública por meio do controle social e especialmente por meio do voto, considerando que os cidadãos possuem expectativas racionais e, nessa perspectiva, avaliam os governos pelo nível de competência e eficiência e, por essa razão, votarão de acordo com o desempenho do governo (Rogoff & Sibert, 1988). À vista disso, pode-se admitir que a informação econômico-financeira exerce significativa influência no comportamento eleitoral (Brusca & Montesinos, 2006; Dias et al., 2018), inclusive como fator significativo para eventos de reeleição (Cunha et al., 2018).

Downs (1957), em seu trabalho seminal sobre ações políticas em democracias, propôs que, em um sistema democrático, os políticos, ao invés de formularem projetos com o propósito de atingir sua função social, propõem-nos visando ampliar o número de votos que irão auferir, negligenciando as demandas sociais em prol de motivações privadas e oportunistas para alcançar poder e prestígio. Adicionalmente, Rogoff (1990), visando entender como as expectativas dos eleitores a respeito do desempenho pós-eleição são influenciadas pelo orçamento pré-eleitoral, identificou a existência de assimetrias temporárias de informação entre

políticos e cidadãos e que os governantes, antes dos períodos eleitorais, utilizando-se desse acesso antecipado a informações sobre a saúde financeira do ente, tentam sinalizar que sua gestão está indo bem.

Estudos sobre ciclos políticos demonstraram a relação da gestão fiscal como instrumento de autopromoção para fins eleitorais, evidenciando que a estrutura fiscal tem considerável potencial de ser usada para o alcance de incentivos político-eleitorais, especialmente a reeleição (Bartoluzzio & Anjos, 2020; Cuadrado-Ballesteros et al., 2019). Nesse intento, a literatura cita pelo menos duas formas de manipulação da gestão fiscal para uso oportunista: o aumento da despesa pública em momentos pré-eleitorais visando, com isso, sinalizar à população uma boa gestão (Klein, 2010; Veiga & Veiga, 2007) e a manipulação da composição da despesa pública para categorias e funções mais populistas com vistas a maior captação de votos (Klein & Sakurai, 2015; Queiroz, 2015).

Em razão das dificuldades fiscais observadas pelos entes subnacionais, diversos estudos internacionais buscaram analisar a situação financeira desses governos objetivando detectar fatores determinantes para a deterioração da condição financeira governamental. Assim, estudos como o de Brown (1993), Groves, Valente e Nollenberger (2003), Kloha, Weissert e Kleine (2005), Wang, Dennis e Tu (2007), Gorina, Maher e Joffe (2018) e Bisogno et al., (2019), dentre outros, dedicaram-se a investigar as causas da má condição financeira, também denominada de *stress* fiscal. Esses autores, então, propuseram mensurar a condição financeira governamental por meio de indicadores quantitativos enfocando nos principais determinantes da saúde financeira dos entes públicos para capturar a intensidade da pressão nas finanças dos entes subnacionais.

De outro ponto de vista, estudos sobre a condição financeira também analisaram a influência da condição financeira sólida sobre a reeleição de governos locais (Cuadrado-Ballesteros et al., 2019; García-Sánchez et al., 2012, 2014). Nesses estudos, foram analisados como fenômenos, representados por *proxies* representativas da condição financeira, impactam a reeleição de governantes locais em países da Europa.

No Brasil, a condição financeira governamental foi inicialmente explorada por Lima e Diniz (2016) e, com o agravamento da situação financeira dos entes subnacionais, outros estudos foram sendo produzidos visando identificar relações entre a condição financeira e o federalismo fiscal (Dantas Júnior, 2018; Dantas Júnior et al., 2019), o perfil socioeconômico da população (Santos, 2019), as instituições fiscais (Vieira, 2019), fatores financeiros determinantes do *stress* fiscal (Donato, 2020) e a influência dos gastos com investimentos

(Souza, 2020), porém estudos relacionando a condição financeira governamental aos aspectos políticos ainda não foram explorados.

À vista do exposto, entende-se claro a existência de indícios que apontam para o comportamento potencialmente oportunista dos governantes municipais acerca da utilização do aparato estatal na busca de reeleição. Entretanto, a gestão econômico-financeira eficiente e eficaz para a manutenção da condição financeira sólida dos municípios, ao mesmo tempo que atende as necessidades da sociedade, é essencialmente importante para o bem-estar da população e para a formação do juízo de valor acerca da condução eficiente do mandato político-administrativo. Dessa forma, a presente pesquisa busca responder o seguinte questionamento: **em que medida a condição financeira dos municípios brasileiros influencia a probabilidade de reeleição dos prefeitos nas eleições municipais?**

Nesse contexto, a análise da saúde financeira dos entes públicos é crucial para avaliar o desempenho de políticos e gestores públicos, ao mesmo tempo em que evidencia os efeitos da formulação de políticas públicas. Baseados nessa avaliação de desempenho, os cidadãos podem expressar sua satisfação em relação à gestão pública por meio do controle social e especialmente por meio do sufrágio direto, considerando que os cidadãos buscarão maximizar seus benefícios e votarão com base na avaliação que fazem do desempenho do governo.

1.2 Objetivos da Pesquisa

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar os efeitos da condição financeira na probabilidade de reeleição dos prefeitos brasileiros.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) identificar os municípios nos quais os prefeitos concorreram à reeleição e foram reconduzidos nos pleitos eleitorais de 2016 e 2020;
- b) analisar os aspectos financeiros da condição financeira que afetam a probabilidade de reeleição dos prefeitos municipais; e
- c) estimar os efeitos da condição financeira governamental frágil e sólida na probabilidade de recondução dos prefeitos municipais.

1.3 Justificativa e Contribuições

A utilização da gestão fiscal como instrumento de autopromoção para fins eleitorais vem sendo objeto de estudos usando como base a Teoria dos Ciclos Políticos (Balaguer-Coll et al., 2015; Bartoluzzio & Anjos, 2020; Dias et al., 2018). A literatura empírica, nesse sentido, evidencia que a estrutura fiscal tem considerável potencial de ser usada para o alcance de incentivos político-eleitoreiros mesmo que possam incorrer em déficits orçamentários.

Segundo Lima e Diniz (2016), a condição financeira é um fenômeno complexo e influenciada por fatores internos e externos à organização governamental decorrentes dos ambientes político, fiscal e organizacional. Por outro lado, esses ambientes, especialmente o político e as decisões políticas consequentes, são influenciados pela condição financeira governamental ao impor o racionamento de recursos públicos, criar ou aumentar tributos existentes, limitar o nível de serviços reduzindo a prestação de bens e serviços públicos, fechar instalações públicas, cancelar ou suspender contratações e demitir servidores em decisões técnico-políticas visando ao equilíbrio das finanças públicas, à satisfação das obrigações financeiras e à continuidade da prestação de serviços com qualidade (Donato, 2020; Rodríguez Bolívar et al., 2016; Shamsub & Akoto, 2004).

Nesse sentido, Garcia-Sanchez et al. (2012) explicam que na análise da gestão pública, o ambiente político deve sempre ser levado em conta, dado o importante papel que desempenha. Assim, correntes de pesquisas teóricas e empíricas vêm se concentrando na análise do impacto que o sistema político e suas decisões têm sobre o desempenho financeiro dos governos locais, pois estudos sobre ciclos políticos com base nos governos municipais mostram-se profícuos em razão da menor diferenciação de estruturas constitucionais, legais e eleitorais e, dessa forma, tendem a produzir resultados mais robustos (Dias et al., 2018).

Alinhado a isso, a multidimensionalidade e a complexidade da condição financeira estabelecem a necessidade de analisar múltiplos fatores e variáveis, numa ampla dimensão temporal, para poder retratar e mensurar a condição financeira de forma mais precisa (Vieira, 2019). Sendo assim, a compreensão do fenômeno da manipulação financeira e fiscal em períodos eleitorais visando interesses privados pode contribuir significativamente para o campo das finanças públicas a fim de esclarecer se, e em qual medida, a condição financeira influencia a probabilidade de reeleição do governante municipal.

Dessa forma, o tema demonstra relevância e atualidade para o avanço das discussões na área das finanças públicas, pois busca construir conhecimentos para robustecer a atuação dos

órgãos de controle e o próprio controle social, melhorando o processo de tomada de decisão dos usuários da informação contábil no setor governamental, além de permiti-lhes cobrar desempenho e *accountability* dos gestores públicos. De igual forma, colabora com a construção de conhecimentos para ações preventivas, sustentáveis e estratégicas dos gestores na melhoria das solvências financeiras por meio de critérios técnicos e científicos.

Por outro lado, evidências empíricas relacionadas ao processo eleitoral possibilitam ajudar a compreender o nível de maturidade do eleitor brasileiro para valorizar ou punir gestores oportunistas que deem preferência a gastos mais perceptíveis em contraponto aos mais necessários, buscando ludibriar o cidadão/eleitor e deteriorar as finanças públicas por meio de ações que priorizem interesses privados.

Quanto à originalidade da pesquisa, estudos sobre ciclo políticos concentram-se em aspectos fiscais e orçamentários na medida em que buscam entender como se dá a utilização da estrutura governamental na busca da reeleição do prefeito. No caso do presente estudo, buscou-se ampliar a visão empírica trazendo a condição financeira governamental e sua complexidade para o debate dos ciclos políticos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Condição Financeira Governamental

Partindo da perspectiva financeira, a prestação de serviços públicos depende substancialmente de uma política econômico-financeira equilibrada que oportunize a adequada satisfação das demandas da população e assegure o bem-estar social. Dessa forma, a condição financeira salutar é uma das premissas básicas na condução eficiente e eficaz da gestão governamental (Lima & Diniz, 2016; Melo & Slomski, 2007).

Estudos sobre formas de mensuração da condição financeira e prevenção de crises fiscais nos governos subnacionais vêm recebendo considerável atenção de reguladores, normatizadores e agências internacionais de classificação de risco nos últimos anos, especialmente após a crise econômica de 2008 que não só trouxe quedas acentuadas na arrecadação de receitas, mas também aumento expressivo de demandas pela prestação de bens e serviços públicos (McDonald, 2018; Vieira, 2019). Conforme explicam Rodríguez Bolívar et al. (2016), organismos internacionais têm assentado a necessidade de implementação de políticas de sustentabilidade para criar condições suficientes para o alcance da saúde financeira por meio da análise de fatores de risco para a sustentabilidade financeira e de modelos explicativos que auxiliem a monitorar e manter a saúde financeira ao longo do tempo.

Apesar dessa preocupação, a literatura que trata sobre condição financeira governamental não é recente, tendo origem principalmente na década de 1970, nos Estados Unidos, quando cidades como Nova York e Cleveland, enfrentaram sérias dificuldades fiscais que afetou a prestação de serviços públicos e aumentou significativamente o nível de desemprego nesses grandes centros urbanos (Coe, 2008; Kloha et al., 2005). Ainda assim, poucas medidas de monitoramento, enfrentamento e controle de problemas fiscais foram adotadas nos anos 70 e 80 e somente na década de 90, após Miami, Pittsburgh e Philadelphia também enfrentarem graves problemas financeiros, foram desenvolvidas medidas mais enérgicas para monitorar a situação fiscal dos governos locais (Lima & Diniz, 2016).

Dentre as diversas conceituações encontradas na literatura científica, a definição de Groves et al. (2003) sobre condição financeira governamental é a que melhor capta a essência do fenômeno e pode ser sumarizada como sendo a viabilidade de financiamento dos serviços públicos em uma base sólida e contínua. De outra forma, esses mesmos autores referem-se como sendo a disponibilidade de recursos financeiros para manter o nível de serviços públicos

existentes, resistir e confrontar a rupturas na economia local e regional, além de atender as demandas do crescimento natural, declínio e mudança.

Na visão de Lima e Diniz (2016), a condição financeira consiste na capacidade do governo em cumprir suas obrigações financeiras de curto e longo prazo fornecendo, em uma base contínua, bens e serviços públicos de qualidade à sociedade. Assim, uma boa condição financeira é aquela que suporta crises financeiras e recessões locais e regionais e, mesmo diante de uma queda de arrecadação, o nível de serviços essenciais é mantido.

Percebe-se, então, que se trata de uma construção teórica bastante ampla e complexa, influenciada por fatores do ambiente político, econômico e fiscal, não podendo ser interpretada isoladamente, sendo necessário o entendimento das interconexões dos vários fatores que a compõe. Consequentemente, não deve ser confundida com desempenho financeiro ou orçamentário, visto que apenas o cotejamento entre receitas e despesas não é capaz de explicar a saúde financeira de um ente governamental, apesar da incontroversa conclusão que desempenhos consistentemente deficitários culminarão em stress fiscal a médio ou longo prazo (Wang et al., 2007).

Com efeito, as dificuldades em manter a condição financeira governamental em níveis adequados têm sido imputadas a quatro principais causas: mudanças na população e no mercado de trabalho, crescimento do governo, demandas de grupos de interesse e má gestão (Kloha et al., 2005, p. 314). Mitchell e Stansel (2015), por exemplo, identificaram que a má gestão governamental e o crescimento dos gastos públicos são fatores determinantes para a ocorrência de stress fiscal e alertam que estratégias mitigadoras de stress fiscal, tais como a constituição de reservas, reduzem os efeitos deletérios das crises.

Isso posto, estudos sobre o tema tentaram elucidar o constructo da condição financeira governamental sob vários aspectos. Nesse sentido, Lima e Diniz (2016) destacam que, dentre as características observadas pela literatura, nota-se marcante a presença de: (i) dimensão temporal; (ii) ambiente econômico; (iii) multidimensionalidade de conceito; (iv) envolvimento de obrigações financeiras implícitas e explícitas; e (v) mensuração por uma composição de variáveis. Esses atributos ressaltam a multidimensionalidade e complexidade do fenômeno e corroboram a imprescindibilidade de analisar múltiplos fatores e variáveis, numa ampla dimensão temporal, a fim de conseguir retratar e mensurar a condição financeira governamental de forma mais precisa (Vieira, 2019).

Tendo por base esses aspectos, Groves et al. (2003) fundamentaram uma estrutura de análise da condição financeira propondo um conjunto de indicadores distribuídos em três fatores: financeiros, ambientais e organizacionais.

Os fatores financeiros refletem a condição das finanças governamentais e resultam da influência dos fatores ambientais e organizacionais. Assim, a mensuração da condição financeira governamental sob o enfoque dos fatores financeiros propõe-se a considerar quatro dimensões fundamentais: a solvência de caixa, a solvência orçamentária, a solvência de longo prazo e a solvência do nível de serviços (Lima & Diniz, 2016)

Segundo Wang et al. (2007, p. 4), a solvência de caixa relaciona-se à liquidez e à gestão de caixa eficaz, sendo representada pela capacidade de uma organização gerar recursos financeiros suficientes para pagar seu passivo circulante. A solvência orçamentária consiste na capacidade de uma organização gerar receitas suficientes para financiar seus níveis de serviço atuais ou desejados. O impacto das obrigações de longo prazo existentes sobre os recursos futuros é considerado na noção de solvência de longo prazo. Finalmente, a solvência no nível de serviço se refere à capacidade de uma organização fornecer e manter o nível de serviço que os cidadãos exigem e desejam.

Ademais, Singla e Stone (2018, p. 121) acrescentam que a solvência de caixa descreve a capacidade governamental de cumprir com suas obrigações financeiras no futuro imediato ao passo que a solvência orçamentária se concentra na viabilidade financeira em arcar com as obrigações ao longo de um ciclo orçamentário de um a dois anos. De outro lado, a solvência de longo prazo retrata a capacidade de cumprir obrigações maiores que o ciclo orçamentário, tais como pensões, que se estendem por várias décadas, e, enfim, a solvência do serviço exprime a capacidade do governo de fornecer serviços essenciais aos cidadãos.

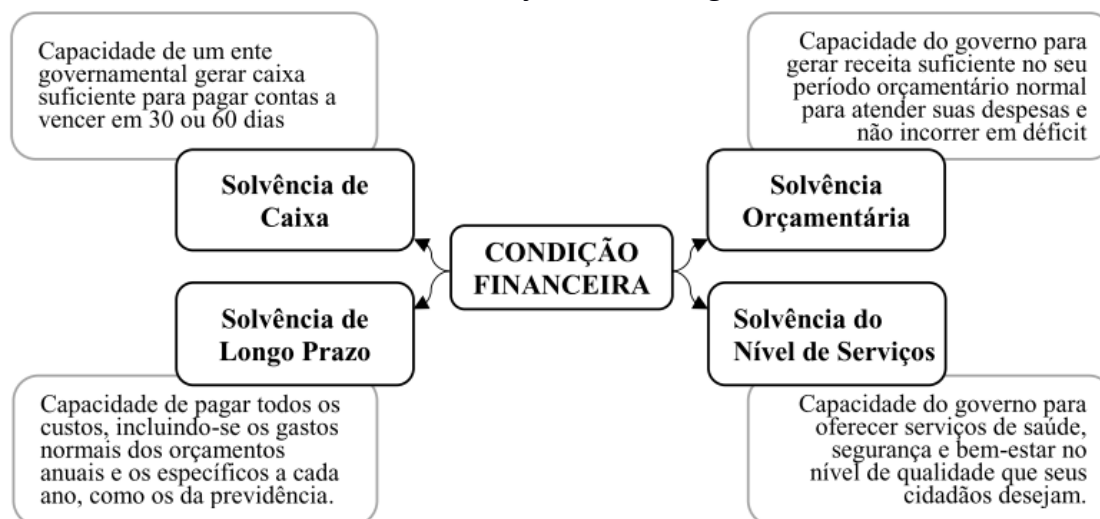
Esses autores ainda ressaltam que as dimensões da solvência são independentes, sendo possível observar um governo solvente no curto prazo, por exemplo, ser capaz de pagar seus funcionários, e insolvente no longo prazo, tal como, ser incapaz de fazer pagamentos aos detentores de títulos (Singla & Stone, 2018; Wang et al., 2007).

Considerando a vertente temporal dessas solvências, Vieira (2019) explica que as solvências de caixa, orçamentária e de longo prazo dizem respeito, respectivamente, aos aspectos financeiro-orçamentários de curtíssimo, curto e longo prazo, todos relacionados à capacidade governamental de satisfazer suas obrigações financeiras. Por outro lado, em razão das suas características ligadas à qualidade na oferta contínua de serviços públicos, a solvência do nível de serviços é analisada de forma permanente.

Nota-se que se trata de medida com perspectiva temporal, sendo essencial a análise e interpretação sobre curto e longo prazo, visto que estratégias planejadas para ações de curto prazo não necessariamente melhoram a condição financeira de longo prazo (Wang et al., 2007).

À vista disso, demonstra-se na figura a seguir as quadros dimensões de solvência que foram sumarizadas por Vieira (2019) a partir da definição de Groves et al. (2003).

Figura 1 - Dimensões de solvência da condição financeira governamental



Fonte: Vieira (2019, p. 21), a partir de Groves et al. (2003).

Vieira (2019) ainda ressalta que, apesar de existir uma relação causal entre a redução da qualidade/quantidade dos serviços prestados pelo governo e a diminuição dos gastos, gerando consequentemente, melhorias dos níveis de solvência financeira-orçamentária, isso afeta negativamente a condição financeira no que tange ao nível de serviços fornecidos à população, dessa forma, a solvência de nível de serviços associa-se ao construto da condição financeira, porém sua mensuração ainda é incipiente na prática.

Quanto aos fatores organizacionais Groves et al. (2003) esclarecem que consistem em práticas gerenciais e políticas legislativas criadas pela administração em resposta às mudanças provocadas pelos fatores ambientais e financeiras. Dessa forma, quanto mais rápida a adequação do governo às mudanças nos aspectos ambientais, melhores serão as chances de o governo manter uma boa condição financeira. Assim, o ajuste do controle orçamentário e da estrutura administrativa são exemplos de práticas gerenciais que precisam se adequar ao ambiente.

Em relação aos fatores ambientais, Groves et al. (2003) asseveram que estão relacionados a necessidades da comunidade, restrições intergovernamentais, riscos de desastres naturais e emergências, cultura política e condições econômicas externas. Dantas Júnior (2018) acrescenta que são componentes essencialmente externos às entidades e representam todos os eventos não gerenciáveis pela administração, mas que afetam positiva ou negativamente a

condição financeira governamental. Esses elementos resultam tanto na criação de demandas por serviços públicos quanto na geração de recursos por meio do aumento da atividade econômica, tais como fatores sociais, políticos, econômicos e demográficos que exercem pressões por gastos públicos e/ou proporcionam a base para a exploração de receitas (Lima & Diniz, 2016). Assim, quando aliados a baixa capacidade de planejamento e gestão dos governos, podem se tornar um grave problema para o governante no presente e futuro.

Os fatores ambientais são responsáveis, em grande parte, pelos problemas financeiros dos governos locais, por esse motivo devem ser amplamente considerados ao tentar compreender a condição financeira do ente. Dentre outros exemplos, pode-se citar os aspectos econômicos, demográficos e políticos representados pela alta proporção de cidadãos pobres, base econômica não diversificada, alto nível de desemprego, elevado grau de sindicalização dos funcionários públicos, elevadas responsabilidades do governo por serviços públicos, estabilidade política, ciclos políticos e baixo nível de renda *per capita* (Lima & Diniz, 2016).

No âmbito dos fatores ambientais, os efeitos políticos são particularmente relevantes e podem ter um impacto significativo na condição financeira governamental (Groves et al., 2003, p. 145), conforme demonstrado em estudos que analisaram a influência exercida pelos fatores políticos na saúde financeira governamental. Prado-Lorenzo et al. (2012), García-Sánchez et al. (2012), Cabaleiro Casal et al. (2014) e Navarro-Galera et al. (2017), por exemplo, investigaram as relações entre opções e ideologias políticas e a condição financeira governamental ou seus componentes e, em todos os casos, os aspectos políticos mostraram-se determinantes para a saúde financeira e sustentabilidade dos entes analisados.

Por outro lado, a utilização da estrutura governamental para autopromoção eleitoral também já foi evidenciada, sendo objeto de estudos usando como base a Teoria dos Ciclos Políticos (Balaguer-Coll et al., 2015; Bartoluzzio & Anjos, 2020; Dias et al., 2018; Queiroz, 2015). Dessa maneira, a capacidade do governo em cumprir suas obrigações financeiras de curto e longo prazo, fornecendo continuamente bens e serviços públicos de qualidade à comunidade, parece estar atrelada à promoção eleitoral e ao capital político do gestor público.

Por essa razão, o controle social e o acompanhamento das finanças públicas são imprescindíveis para que os cidadãos/eleitores avaliem o desempenho dos políticos na aplicação efetiva (ou não) dos recursos públicos e se as estratégias planejadas estão sendo efetivamente adotadas (Cunha et al., 2018).

Desse modo, apesar das múltiplas dimensões e da complexidade da condição financeira governamental, os pressupostos básicos de Stalling (1979), conforme relacionados por Hayes (1990) e traduzidos por Lima e Diniz (2016, p. 85), apontam que a situação fiscal saudável do

ente governamental depende essencialmente de: (i) uma economia forte produzindo receita suficiente para atender ao custo dos serviços públicos ao passo que fornece emprego e renda, reduzindo a necessidade por alguns gastos públicos; e (ii) gerenciamento fiscal de excelência minimizando desperdícios, fornecendo informações necessárias para fazer as melhores escolhas fiscais e evitando o uso de recursos com dependência financeira.

2.2 Ciclos Políticos

Estudos seminais sobre a teoria dos ciclos políticos datam da década de 1940, com destaque para as pesquisas de Kalecki (1943) e Akerman (1947), porém somente na década seguinte Downs (1957) questiona a visão de que os responsáveis pela política econômica propõem medidas objetivando unicamente a maximização do bem-estar social.

Em seu artigo que discutiu sobre aspectos políticos do pleno emprego, Kalecki (1943) assevera que as democracias capitalistas eram submetidas a ciclos econômicos políticos¹ fomentados por líderes empresariais em resposta a uma política de pleno emprego contínuo. Assim, como forma de restaurar a disciplina nas fábricas, a estabilidade política e o poder dos líderes empresariais, recessões e desemprego eram promovidos por atos políticos.

Em outra perspectiva, Akerman (1947) ao estudar o desenvolvimento econômico francês no período entre a grande depressão e a segunda guerra mundial, verificou uma robusta relação entre ciclos econômicos e resultados eleitorais. Ao tentar observar o mesmo fenômeno em outros países europeus e nos Estados Unidos, identificou evidências que relacionam a situação econômica com os resultados eleitorais.

Partindo da perspectiva que a teoria econômica considerava a ação governamental como uma variável exógena, determinada por considerações políticas que se encontram fora do alcance da economia, e, por essa razão, não havia integrado as ações governamentais com os tomadores de decisões privados, Downs (1957) busca explicar como os governos tomam decisões em regimes democráticos e como os eleitores elegem seus representantes políticos.

Para o desenvolvimento teórico do modelo, Downs (1957) fundamenta-se em cinco axiomas: (i) cada partido político é uma equipe de homens que procuram cargos políticos apenas para desfrutar da renda, prestígio e poder que a posição oferece; (ii) o partido vencedor (ou coligação) tem o controle completo sobre as ações do governo até as próximas eleições;

¹ *Political Business Cycle*

(iii) os poderes econômicos do governo são ilimitados; (iv) o único limite do poder governamental é que o partido do poder não pode restringir a liberdade política dos partidos da oposição ou dos cidadãos; e (v) cada agente no modelo, seja um indivíduo, partido político ou coligação, comporta-se de forma racional em todos os momentos.

A partir desses pressupostos, esse autor estabelece que, em uma democracia, os partidos políticos, de maneira contrária à sua função social, formulam políticas exclusivamente como meio de maximizar votos em seu favor e que a função social de executar políticas públicas quando em poder como governo é conduzida como um subproduto de seu interesse particular, que compreende na obtenção renda, poder e prestígio (Downs, 1957).

À vista disso, seria essencial entender as motivações dos tomadores de decisões do governo. Downs (1957), então, propôs avaliar a tomada de decisão governamental sob duas perspectivas: (1) em um mundo em que há perfeito conhecimento e a informação não tem custo e (2) em um mundo em que o conhecimento é imperfeito e a informação é cara.

Considerando especial interesse na segunda abordagem, Downs (1957) avaliou o cenário e postulou que um ambiente imperfeito significa: (i) que os partidos nem sempre sabem exatamente o que os cidadãos querem; (ii) que os cidadãos nem sempre sabem o que o governo ou sua oposição fez, está fazendo ou deveria fazer para servir aos seus interesses; e (iii) que a informação necessária para superar os dois tipos de ignorância é cara, ou seja, os recursos escassos devem ser usados para obtê-la e assimilá-la. Ainda que estas condições tenham muitos efeitos sobre as intervenções do governo no modelo, o autor concentrou-se em apenas três aspectos: persuasão, ideologia e ignorância racional.

O estudo de Downs (1957), então, consolidou a base da teoria dos ciclos políticos, contribuindo para o entendimento de como os aspectos do conhecimento imperfeito impactam nas decisões governamentais no prisma dos interesses privados. A partir de então, estudos foram sendo desenvolvidos sob diversos outros enfoques.

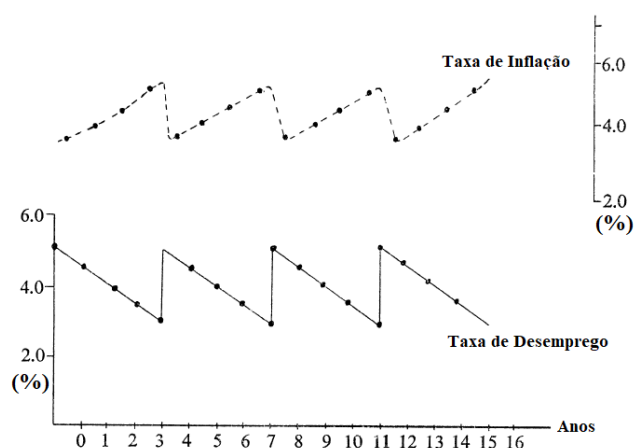
Já na década de 1970, outros estudos destacaram-se com contribuições importantes à teoria Downs (1957). Kramer (1971), por exemplo, buscou explicar as flutuações na votação agregada para a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, durante o período de 1896-1964. Em seus resultados ficou evidenciado que flutuações econômicas exercem influência nos resultados eleitorais e são em parte responsivos às mudanças objetivas que ocorrem sob o partido em exercício. Então, Fair (1975), ao discutir como a política econômica pode ter influenciado os resultados das eleições dos Estados Unidos, identificou que os eleitores daquele país utilizam as medidas de desempenho econômico em anos eleitorais em suas decisões de voto.

Explorando a manipulação de variáveis macroeconômicas para fins eleitorais, Nordhaus (1975) investigou um modelo simples de escolha intertemporal pública entre inflação e desemprego em que as decisões eram tomadas dentro de uma estrutura política.

Assumindo que a) os indivíduos têm as taxas agregadas de desemprego e inflação em suas funções de preferência, b) os indivíduos preferem preços estáveis e baixas taxas de desemprego a altas taxas de inflação e desemprego, c) embora as famílias sejam racionais em suas preferências, elas ignoram o *trade-off* macroeconômico entre desemprego e inflação, baseando-se suas decisões políticas em experiências passadas, e d) o governo detém o controle econômico e sofisticação suficientes para mover a economia na direção desejada, Nordhaus (1975) propôs que o governo conduza a política fiscal e monetária a fim de promover um cenário econômico que supostamente atenda às expectativas dos eleitores, ambicionando, na verdade, a maior probabilidade de reeleição do gestor. Nessas circunstâncias, por desconhecer as manipulações empregadas e tenderem a basear suas opiniões eleitorais puramente em eventos e ações recentes, Nordhaus (1975) considera os eleitores como míopes.

Assim, tomando por base a Curva de Phillips, seu modelo prevê que o cenário econômico é manipulado para que, no período pré-eleitoral, ocorra substancial redução nas taxas de desemprego a níveis ótimos próximos às eleições, para que o eleitorado, assumindo o comportamento míope e ponderado essencialmente no curto e curtíssimo prazo, possa repercutir positivamente essa redução, favorecendo o ambiente eleitoral, porém com aumento expressivo da inflação. Por outro lado, no período pós-eleições, é percebido o aumento na taxa de desemprego objetivando a redução dos níveis de inflação (Nordhaus, 1975). Esse ciclo político-econômico (*political business cycle*) é descrito na Figura 2:

Figura 2 - Ciclo político-econômico de Nordhaus



Fonte: Nordhaus (1975, p. 185)

Adicionando o viés ideológico aos estudos de ciclos políticos, Hibbs Júnior (1977) analisou as políticas macroeconômicas e os resultados associados aos governos de esquerda e direita nas democracias capitalistas de países da Europa Ocidental e da América do Norte. Seu estudo, então, evidenciou que os partidos políticos tendiam a priorizar políticas macroeconômicas segundo os interesses econômicos e prioridades do grupo social que representa, demonstrando que os partidos políticos se valem do *trade-off* entre inflação e desemprego para isso, considerando que a camada social mais baixa da população tem preferência por um cenário de baixo desemprego e alta inflação, ao passo que camada social mais alta almeja um cenário de alto desemprego e baixa inflação.

Contrapondo-se aos fundamentos da teoria dos ciclos políticos, Rogoff e Sibert (1988) evidenciaram que os ciclos eleitorais em impostos, gastos do governo e crescimento monetário podem ser modelados como um processo de sinalização de equilíbrio, impulsionado por assimetrias de informação temporárias, além disso, os eleitores possuiriam expectativas racionais. À vista disso, o governo estaria atento às preferências do eleitorado e, por isso, analisaria os indicadores de desempenho antes dos eleitores. Assim, em períodos pré-eleitorais, os partidos políticos buscariam sinalizar positivamente que está atuando de forma adequada, dando origem ao ciclo eleitoral na política macroeconômica.

Adicionalmente, Rogoff (1990) apresenta um modelo de sinalização dinâmico e multidimensional no qual eleitores e políticos são agentes racionais e maximizadores de sua utilidade. Em seu estudo, o autor discute o denominado ciclo político-orçamentário (*political budget cycle*), que surge, em períodos eleitorais, devido à assimetria informacional temporária sobre a competência dos governantes. Nessa acepção, os políticos esforçam-se para adotar uma política fiscal expansionista, reduzindo tributos ou elevando gastos públicos com a finalidade de sinalizar para os eleitores uma suposta competência administrativa.

As pesquisas sobre ciclos políticos evidenciam que a gestão governamental se utiliza de manipulações oportunistas, especialmente quando próximas ao período eleitoral, acentuando o fenômeno em razão do caráter periódico do atual calendário eleitoral (Alesina & Paradisi, 2017; Gonçalves et al., 2017), porém os eleitores, assim como os políticos, são agentes racionais e buscam maximizar sua utilidade (Rogoff, 1990). Dessa forma, a reeleição dos governantes municipais tem forte influência da capacidade de financiamento dos serviços públicos em base sólida e contínua (Cuadrado-Ballesteros et al., 2019; Groves et al., 2003) o que sugere uma gestão sustentável também no longo prazo.

Em vista disso, Balaguer-Coll et al. (2015) analisaram o efeito dos gastos públicos sobre a probabilidade de reeleição dos governos locais espanhóis durante o período 2000-2007. Em seus resultados, os autores verificaram que o aumento dos gastos ao longo do mandato beneficia os resultados eleitorais dos governos locais, embora o efeito positivo para as despesas pré-eleitorais seja maior do que para as despesas no primeiro período de cada mandato. Também observaram que os aumentos nas despesas de capital em todo o período de gestão beneficiam os governos locais, embora o efeito positivo para as despesas pré-eleitorais seja maior do que para as despesas no primeiro período de cada mandato. Para esse tipo de gasto, o momento específico em que são realizados não é tão importante quanto para os gastos correntes.

Tendo em vista a possível utilização do aparato estatal para fins eleitorais, as informações econômico-financeira dos entes públicos possibilitam avaliar o desempenho de políticos e gestores públicos, ao mesmo tempo em que evidenciam os efeitos da formulação de políticas públicas, permitindo que os cidadãos expressem sua satisfação em relação à gestão pública por meio do controle social e especialmente por meio do voto, considerando que cidadãos racionais votarão de acordo com o desempenho do governo.

2.3 Estudos Anteriores e Hipóteses da Pesquisa

Segundo os estudos de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), que discutiram a utilização oportunística da assimetria informacional entre cidadãos e gestores públicos para fins eleitorais, nos moldes do *Political Budget Cycles*, a gestão pública municipal seria eventualmente direcionada pelo governante para benefício próprio buscando maximizar seus interesses em vista à reeleição ou a recondução do partido político representado. Essa manipulação, realizada com objetivo de satisfazer os eleitores a fim de angariar votos para as eleições seguintes, tem potencial efeito da condição financeira local em razão do aumento dos gastos e/ou renúncias de receitas públicas, deteriorando a condição financeira local.

García-Sánchez et al. (2014), por exemplo, exploraram a influência do período eleitoral na saúde financeira dos governos locais espanhóis e evidenciaram que a proximidade das eleições tem impacto negativo na saúde financeira dos governos locais em razão da utilização oportunista dos recursos públicos com objetivo de reeleição, prejudicando a solvência de curto e longo prazo, a capacidade de fornecer serviços públicos e preservar o bem-estar social da comunidade, além de tornar os município mais dependente de recursos de outros níveis de governo.

Por outro lado, Talving (2017) identificou que medidas de austeridade em países europeus, tais como aumento da tributação ou redução de gastos com a população, não são bem recebidas pelos eleitores e resultam em consequências políticas negativas para os governantes, evidenciando que o gasto público, mesmo que com a constituição de dívidas públicas, é um grande catalizador de capital político e de votos.

Já Cuadrado-Ballesteros et al. (2019), objetivando investigar a possível influência da saúde financeira dos governos locais italianos na reeleição de seus governantes, identificaram que a condição financeira governamental impacta positivamente a probabilidade de reeleição dos prefeitos italianos. Além disso, observaram que a solvência orçamentária (curto prazo) e de nível de serviços influenciam positivamente a probabilidade de reeleição dos governantes municipais, entretanto a solvência de caixa (curtíssimo prazo) não foi estatisticamente significativa.

No âmbito nacional, Vicente e Nascimento (2012) exploraram à luz da teoria dos ciclos políticos de que forma os indicadores contábeis poderiam estar relacionados ao comportamento “oportunista” dos governantes municipais no intuito de permanecer no poder. Analisando dados de três ciclos políticos entre 2004 e 2012, os autores catalogaram um conjunto de informações contábeis com perspectiva de refletir a presença dos ciclos políticos. Em seus resultados, os autores encontraram evidências de que (i) a elevação do Resultado Orçamentário e do Resultado Orçamentário Corrente em anos eleitorais reduz a probabilidade de recondução; (ii) a geração de caixa em anos eleitorais e pós-eleitorais eleva a probabilidade de recondução; (iii) a elevação do resultado financeiro apurado no balanço patrimonial em anos pré-eleitorais impacta positivamente nas chances de recondução; e (iv) o aumento das despesas de investimentos eleva a probabilidade de recondução. Esses achados evidenciam que as dimensões da condição financeira, como as solvências de curto, curtíssimo e longo prazo, influenciam a probabilidade de reeleição dos governantes.

Klein e Sakurai (2015) testaram os efeitos dos limites do mandato governamental sobre os ciclos orçamentários políticos oportunistas nas eleições municipais. Com base em dados fiscais e eleitorais de 3.393 municípios brasileiros entre 2001 e 2008, esses autores apresentaram fortes evidências de que, próximo às eleições, governantes elegíveis a segundo mandato reduzem as receitas fiscais locais e ajustam sua composição orçamentária passando de despesas correntes para despesas de capital, aumentando os tipos de gastos que são mais visíveis e presumivelmente mais atraentes para os eleitores, como os gastos em investimentos, enquanto mantém equilíbrio fiscal controlado, impactando as solvências de curto e curtíssimo prazo.

Ainda, Bartoluzzio e Anjos (2020) analisaram como incentivos político-eleitoreiros influenciam a gestão fiscal dos municípios brasileiros e seus desdobramentos nos resultados eleitorais. Os autores identificaram que houve aumento nos gastos com investimentos em períodos eleitorais entre os partidos reconduzidos. Também, verificaram relação positiva entre a recondução dos partidos e a condição fiscal no ano eleitoral a qual se inverte no período pós-eleitoral.

Esses trabalhos apresentam evidências de que os governantes mal-intencionados podem atuar de forma oportunista manipulando os munícipes por não possuírem informações suficientes para identificar que a condução das atividades governamentais não é sustentável sob o aspecto financeiro e fiscal. Dessa forma, ao aumentar e/ou manipular a composição dos gastos públicos, os governantes com viés oportunista buscam se favorecer da assimetria informacional existente entre o gestor e os eleitores e, assim, maximizar seu capital político em busca de reeleição em detrimento da sustentabilidade econômica e financeira do ente público.

Por outro lado, o cerne da condição financeira governamental é a capacidade de o poder público atender as necessidades da população continuamente, porém de forma financeira e economicamente sustentável. Por isso, a manutenção da condição financeira em níveis sólidos permite o enfrentamento de situações financeiramente estressantes, como os períodos eleitorais, e a manutenção da prestação de serviços públicos fomentando o bem-estar da comunidade e acumulando capital político para eventual corrida em busca de reeleição.

Nessa perspectiva, os gastos públicos em períodos eleitorais parecem ser utilizados como forma de sinalização da “competência” da gestão governamental aos eleitores, estando associado ao comportamento míope e ponderado, essencialmente nos períodos eleitorais. À vista disso, enunciam-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

H₁: Quanto mais sólida a condição financeira governamental, maior a probabilidade de recondução do prefeito.

H₂: Quanto mais fraca a condição financeira governamental, menor a probabilidade de recondução do prefeito.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da Pesquisa

Utilizando-se da abordagem metodológica hipotético-dedutiva com análise quantitativa, o desenvolvimento da pesquisa caracteriza-se pela aplicação do método empírico-analítico, pois, enunciadas as hipóteses teóricas, estas serão testadas com suporte do referencial teórico e análises dos resultados por meio de verificações quantitativas das informações, dados e evidências, buscando-se estabelecer relações de causa e efeito (Martins & Theóphilo, 2016).

Isso posto, os procedimentos metodológicos foram conduzidos segundo as seguintes etapas: (i) revisão teórico-empírico para fundamentação da problemática, hipóteses, variáveis e análises da pesquisa; (ii) identificação dos municípios que tiveram seus governantes reeleitos; (iii) mensuração das variáveis representativas da condição financeira dos municípios; e (iv) análise das relações entre as variáveis representativas da condição financeira e a probabilidade de reeleição dos governantes municipais.

3.2 População e Amostra

O objeto de estudo da pesquisa são os municípios brasileiros cujos prefeitos candidataram-se a reeleição nos anos de 2016 ou 2020. A escolha deu-se em razão de os prefeitos municipais serem os representantes eleitos em sufrágio popular que estão mais próximos das comunidades, além disso, tem-se que o prefeito municipal é o principal agente tomador de decisões em relação à gestão dos recursos públicos nos governos locais, exercendo influência sobre a condição financeira do respectivo município.

Tendo em vista o objetivo proposto, a população da pesquisa abrangeu os prefeitos de 4.264 municípios no ano de 2016 e 4.379 municípios no ano de 2020. Brasília (DF) não foi considerada na amostra tendo em vista sua organização político-administrativa e suas competências constitucionais diferentes dos demais entes municipais. Outros municípios tiveram que ser excluídos da amostra tendo em vista a falta de algum dado financeiro essencial para o cálculo da condição financeira governamental e/ou a ausência de algumas das variáveis de controle. Após a exclusão dos municípios com dados faltantes, a amostra da pesquisa foi composta por 568 municípios.

É importante pontuar que no Brasil as eleições municipais ocorrem a cada 4 anos. Dessa forma, em razão especialmente da contemporaneidade e disponibilidade do conjunto de dados, o período de análise abrangeu os anos de 2016 a 2020, pois um governo, por óbvio, não poderia ser reeleito se não houver eleições. Assim, dados dos demais exercícios financeiros não foram considerados, visto que, em caso diferente, os resultados empíricos poderiam ser enviesados haja vista que a variável de interesse não estaria representando exatamente a probabilidade de reeleição.

Com isso, o ciclo político foi qualificado segundo o mandato eleitoral quadrienal, no qual os prefeitos municipais são outorgados gestores e novas eleições ocorrem para, por meio da avaliação retrospectiva desses agentes, os eleitores tomem a decisão de reconduzir, ou não, o prefeito em exercício.

Tabela 1 - Ciclo Político

Ciclo Político			
2016	Mandato Político	2017	2020
		2018	
		2019	
		2020	
Período Eleitoral			Período Eleitoral

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Os dados referentes ao ciclo político foram coletados a partir do sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponível em < <https://divulgacandcontas.tse.jus.br>>.

3.3 Definição das Variáveis

3.3.1 Variável dependente

Tendo em vista o objetivo do estudo, que busca analisar em que medida a condição financeira dos municípios brasileiros influencia a probabilidade de reeleição dos prefeitos municipais, utilizou-se como variável dependente representativa da reeleição dos prefeitos uma variável binária (*dummy*) que assume o valor igual a 0 (zero) para os municípios cujos prefeitos que disputaram a reeleição não se reelegeram e valor igual a 1 (um), caso contrário.

Ressalta-se que municípios nos quais os candidatos à reeleição foram impossibilitados de participar por não estarem aptos junto à Justiça Eleitoral foram excluídos do estudo, assim como aqueles que por quaisquer motivos não buscaram disputar a reeleição.

Tabela 2 - Descrição da variável dependente

Classificação	Descrição
1	Municípios cujos prefeitos que disputaram a reeleição não se reelegeram
0	Municípios cujos prefeitos que disputaram a reeleição se reelegeram

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Os dados sobre a disputa eleitoral, tais como, situação dos candidatos, os seus partidos políticos e os resultados de reeleição dos prefeitos foram coletados no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disponível em <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br>>.

3.3.2 Variáveis explicativas

As variáveis explicativas propostas compõem um conjunto de indicadores que são significativos e usados para representar a condição financeira dos municípios brasileiros. Para aplicação nesta pesquisa, utilizou-se o trabalho de Lima et al. (2022) que propuseram um Indicador Composto da Saúde Financeira (ICSF), a partir de indicadores das solvências financeiras disponíveis na literatura da condição financeira governamental e adaptado à realidade dos municípios brasileiros.

Apoiados no conceito de condição financeira formulado por Groves et al. (2003), Lima et al. (2022) propuseram 6 indicadores representativos das solvências financeiras da condição financeira de acordo com a realidade do sistema contábil dos municípios brasileiros, conforme evidencia a Tabela 3.

Tabela 3 – Indicadores das Solvências Financeiras

(continua)				
Construto	Variável	Descrição	Mensuração	Sinal Esperado
Solvência de Caixa (curto prazo)	DRC	Disponibilidade Relativa de Caixa	Disponibilidade Caixa / Receita Corrente líquida	+
	CDC	Cobertura de Custeio	Receita Corrente líquida / Despesas Correntes	+
	AUF	Autonomia Financeira	[Receitas Correntes – (Transferências do FPM + Transferências do FUNDEB + Outras Transferências correntes)] / Receitas Correntes	+

	FLG	Flexibilidade do Gasto	(Despesas Correntes – Despesas com Pessoal) / Despesas Correntes	+
Solvência orçamentária (médio prazo)	CDV	Cobertura de dívida	Receita Corrente líquida / Dívida Consolidada Bruta	+
Solvência de Longo prazo	RPC	Receita <i>per capita</i>	Receitas Totais / População	+

Fonte: Lima et al. (2022)

Após calculados cada indicador dos municípios em análise, os resultados foram organizados em quartis, atribuindo-se pontuações para cada indicador, segundo a posição no respectivo quartil: (i) pontuação negativa (-1) para cada indicador dos municípios classificados no 1º quartil; (ii) aos indicadores posicionados no segundo quartil foram atribuídos pontuação 0 (zero); (iii) os indicadores posicionados no terceiro quartil receberam 1 (um) ponto; e (iv), os aos indicadores posicionados no quarto quartil foram atribuídos 2 (dois) pontos.

Levando-se em conta os 6 indicadores empregados no modelo, as pontuações dos municípios poderiam variar entre -6 (todos os indicadores classificados no primeiro quartil) a +12 (todos os indicadores posicionados no quarto o quartil). Dessa forma, o Indicador Composto da Saúde Financeira proposto por Lima et al. (2022) pode ser interpretado da forma a seguir.

Tabela 4 - Categorização do Indicador Composto da Saúde Financeira (ICSF)

Pontuação	Classificação da Condição Financeira
- 6 a -1	Condição financeira frágil
0 a 6	Condição financeira moderada
7 a 12	Condição financeira sólida

Fonte: Lima et al. (2022)

Segundo Lima et al. (2022), os municípios que foram classificados em saúde financeira frágil revelam um status de vulnerabilidade financeira do governo local. Já os municípios classificados em saúde financeira moderada demonstram situação de equilíbrio financeiro. Por fim, os municípios classificados em saúde financeira sólida apresentam status de segurança financeira.

Ressalta-se que, conforme Cuadrado-Ballesteros et al., (2019), a representação da saúde financeira é uma atividade bastante complexa e não há unanimidade na literatura acerca de quais os melhores indicadores para essa evidênciação. Dessa forma, o modelo desenvolvido pelos pesquisadores brasileiros, por representar a realidade dos municípios nacionais, mostrou-se mais adequado ao escopo explorado neste estudo.

Os dados contábeis, financeiros e orçamentários para calcular os 6 indicadores foram coletados no sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Quanto aos relatórios contábeis e financeiros nos quais foram extraídos os dados, destacam-se, especificamente, os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e os Relatórios de Execução Orçamentaria (REEO). Para fins de confiabilidade dos dados, foram confirmados e/ou acrescidos por informações contidas nos portais eletrônicos da transparência, assim como nos demonstrativos contábeis e fiscais dos respectivos entes. A informação acerca da população estimada foi obtida a partir do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3.3 Variáveis de controle

Além das variáveis explicativas, um vetor C_{it} com variáveis de controle foi adicionado ao modelo. Essas variáveis buscam controlar efeitos importante na probabilidade de reeleição do governante municipal, tais como aqueles provenientes de fatores ambientais, especificamente, fatores sociais, demográficos e econômicos.

Foram, então, coletados dados sobre alinhamento político entre a coligação do candidato a reeleição e o partido político do Presidente da República (PRR) e do Governador do respectivo estado (GOV), o nível de renda por *PIB per capita* (PIB_{pc}), a densidade populacional (DEN), os gastos com investimentos no ano eleitoral (INV) e no ano pré-eleitoral (INV_{a-1}), gastos *per capita* com educação (EDU); gastos *per capita* com saúde (SAU), além de *dummies* representativas das regiões geográfica brasileiras. A Tabela 5 descreve as variáveis de controle.

Tabela 5 - Conjunto de variáveis de controle

(continua)

Variável	Descrição	Mensuração	Sinal Esperado	Autores
PRR	<i>Dummy</i> que expressa alinhamento da coligação com o partido do Presidente da República	1 se algum dos partidos componentes da coligação do candidato a reeleição é o partido do Presidente da República, 0 em caso contrário	+	Dias et al. (2018); Vicente e Nascimento (2012)
GOV	<i>Dummy</i> que expressa alinhamento da coligação com o partido do Governador	1 se algum dos partidos componentes da coligação do candidato a reeleição é o partido do Governador do respectivo estado, 0 em caso contrário	+	Dias et al. (2018); Rocha et al. (2021); Vicente e Nascimento (2012)

PIB _{pc}	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	PIB / População absoluta	+	Cavalcante (2016); Donato (2020); Vieira (2019)
DEN	Densidade populacional	População estimada dividida pela área total do município (km ²)	–	Cuadrado-Ballesteros et al. (2019); Vieira (2019)
INV	Gastos com investimentos	Relação entre os gastos com investimentos e as despesas totais	+	Dias et al. (2018); Cuadrado-Ballesteros et al. (2019)
INV _{a-1}	Gastos com investimentos no ano anterior	Relação entre gastos com investimentos no período pré-eleitoral e os gastos totais no mesmo período	+	Dias et al. (2018)
EDU	Gastos <i>per capita</i> com educação	Gastos totais com a função educação dividido pela população	+	Peixoto et al. (2021); Santos et al. (2021)
SAU	Gastos <i>per capita</i> com saúde	Gastos totais com a função saúde dividido pela população	+	Santos et al. (2021)
NE	<i>Dummy</i> que representa se o município se encontra na região Nordeste	1 se o município pertence à região nordeste, 0 em caso contrário	+	Queiroz (2015)
NO	<i>Dummy</i> que representa se o município se encontra na região Norte	1 se o município pertence à região norte, 0 em caso contrário	+	Queiroz (2015)
CO	<i>Dummy</i> que representa se o município se encontra na região Centro-oeste	1 se o município pertence à região centro-oeste, 0 em caso contrário	+	Queiroz (2015)
SU	<i>Dummy</i> que representa se o município se encontra na região Sul	1 se o município pertence à região sul, 0 em caso contrário	+	Queiroz (2015)

Nota: Tendo em vista que a região Sudeste apresentou o maior número de municípios da amostra, foi selecionada como categoria de referência.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

As variáveis foram aplicadas ao modelo em razão de:

- O alinhamento político com o Presidente da República (PRR) tem sido visto como um possível catalizador de eventual política de transferências de recursos pela União, resultando em grandes obras, por exemplo. Assim a proximidade política pode aumentar as chances de reeleição do governante municipal (Cavalcante, 2015).
- Como no caso anterior, o alinhamento político com o Governador do respectivo estado (GOV) tende a elevar a probabilidade de reeleição do prefeito, pelos mesmos motivos, qual seja: maior aplicação de recursos em obras regionais, melhorando a imagem política do gestor municipal (Silva & Braga, 2013)
- A densidade populacional (DEN) é uma medida de urbanização bastante utilizada nos estudos de determinantes dos gastos públicos, visto que jurisdições com altas densidades populacionais possuem maiores demandas por bens e serviços públicos, elevando o nível de gastos e exigindo maior ação do gestor municipal. Estudos sobre a

influência dessa variável na reeleição do governante indicam relação significativa (Balaguer-Coll & Brun-Martos, 2013).

- d) Estudos mostram que gastos com investimentos no ano eleitoral (INV) são aumentados em anos eleitorais por prefeitos que concorrem à reeleição por ser mais visíveis e proporcionarem maiores retornos políticos (Klein & Sakurai, 2015), além de serem, presumivelmente, mais atraentes para os eleitores (Vicente & Nascimento, 2012).
- e) Apesar de os investimentos públicos em períodos eleitorais angariarem popularidade para o governante (Vicente & Nascimento, 2012), estudos mostram que os gastos pré-eleitorais também são importantes visto que a execução de obras públicas demanda tempo até sua efetiva entrega. Assim, gastos no ano pré-eleitoral (INV_{a-1}) revelam-se úteis para mostrar competência administrativa e para cativar os eleitores.
- f) Gastos *per capita* com educação (EDU) são gastos sociais em políticas públicas prioritárias e, por essa razão, demandam maior parcela do orçamento. Apesar de existirem percentuais mínimos de aplicação financeira das receitas municipais em educação, há discricionariedade do gestor para aplicações na área. Nesse sentido, estudos mostram que maiores gastos com educação melhoram a probabilidade de recondução do gestor municipal (Peixoto et al., 2021; Santos et al., 2021)
- g) Gastos *per capita* com saúde (SAU) também são vistos como gastos em políticas públicas prioritárias e, também, demandam parcela considerável do orçamento. Assim como nos gastos com educação, também foi definido percentual mínimo de aplicação de recursos para a saúde, com margem para a discricionariedade do gestor público. Por essa razão, estudos mostram que maiores gastos com saúde no período eleitoral tendem a melhorar a probabilidade de reeleição do prefeito (Cavalcante, 2016; Santos et al., 2021).

Quanto aos dados socioeconômicos e geográficos dos municípios, estes foram coletados a partir do site eletrônico do IBGE. Os dados orçamentários foram coletados no sítio eletrônico da STN, por meio do SICONFI, e os dados sobre alinhamento político foram coletados no sítio eletrônico do TSE.

3.4 Modelo Econométrico

Para avaliar em que medida a condição financeira governamental influencia a probabilidade de reeleição dos prefeitos municipais, foi utilizada a perspectiva teórica descrita nos estudos de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) acerca do *Political Budget Cycles*, que

propõe a existência de assimetria informacional temporária sobre a competência dos gestores públicos. Neste âmbito os autores argumentam que os gestores se esforçam para adotar uma política fiscal expansionista, ignorando provisoriamente a condição financeira de seus municípios e adotando práticas de redução tributária ou a promoção de gastos públicos mais perceptíveis à população, buscando sinalizar uma suposta competência administrativa.

Para isso, optou-se pela técnica de regressão logística em função de fornecer *outputs* em termos de probabilidade. Segundo (Corrar et al., 2009, p. 284), essa técnica estatística permite estimar a probabilidade de ocorrência de determinado evento em face de um conjunto de variáveis explanatórias. Além disso, é particularmente recomendada em situações nas quais a variável dependente é dicotômica.

Dessa forma, o seguinte modelo empírico foi proposto para explicar a probabilidade de reeleição dos prefeitos:

$$RPref_{it} = \alpha + \beta CF_{it} + \beta_j C_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Em que, $RPref_{it}$ é uma variável *dummy* que indica a reeleição do gestor municipal, α é o intercepto do modelo, CF é o vetor de variáveis de interesse representando o Indicador Composta de Saúde Financeira, C_{it} é o vetor de variáveis de controle para o município i no período t e ε_{it} é o termo de erro da regressão.

Quanto às suposições do modelo, Corrar et al. (2009) explicam que uma das grandes vantagens da utilização da regressão logística para realizar previsões em situações nas quais a variável dependente é dicotômica é o reduzido número de suposições exigidas.

Isso posto, foram observados os seguintes requisitos na estimação do modelo: (i) inclusão no modelo de todas as variáveis preditoras; (ii) ausência de multicolinearidade perfeita entre as variáveis independentes; (iii) o valor esperado do erro deve ser zero; (iv) inexistência de autocorrelação entre os erros; (v) inexistência de correlação entre os erros e as variáveis independentes (Corrar et al., 2009). Além desses pressupostos, também foi analisada a qualidade do modelo por meio do teste de *Hosmer-Lemeshow*, da análise da sensibilidade e especificidade do modelo ROC (*Receiver Operating Characteristic*) e da sensibilidade.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva

A Tabela 6 apresenta os quantitativos de municípios por região geográfica e por ano eleitoral, nos quais os prefeitos tentaram reeleição nos períodos analisados. Ressalta-se que uma das limitações da pesquisa foi o fato de diversos municípios pesquisados não terem a divulgação completa das informações necessárias ao cálculo da condição financeira, dessa forma os resultados apresentados dizem respeito à amostra obtida em razão da exclusão dos municípios que não divulgaram os dados necessários.

Tabela 6 - Taxa de êxito nas reeleições

	2016			2020		
	BPR	Reeleitos	%	BPR	Reeleitos	%
NO	3	2	66,67%	28	18	64,29%
NE	58	33	56,90%	194	150	77,32%
CO	8	3	37,50%	49	36	73,47%
SU	31	15	48,39%	72	52	72,22%
SE	24	12	50,00%	101	64	63,37%
	124	65	52,42%	444	320	72,07%

Nota: BPR= busca por reeleição, NO = região norte, NE = região nordeste, CO = região centro-oeste, SU= região sul e SE = região sudeste

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 6, é evidenciado o quantitativo de prefeitos municipais que estavam aptos, segundo a justiça eleitoral, a concorrer à reeleição e assim o fizeram (BPR). Esse quantitativo refere-se à amostra obtida, tendo em vista a necessidade de exclusão de municípios que não publicaram dados necessários para o cálculo da condição financeira. Analisando os dados da amostra sobre reeleição, verifica-se que o pleito de 2020 proporcionou maior número de prefeitos reeleitos, quando 72,07% dos prefeitos foram reconduzidos, ao passo que, em 2016, cerca de 52,42% dos prefeitos que concorreram à reeleição obtiveram êxito. Observa-se, também, que os municípios da região nordeste proporcionaram maiores quantidades de reconduções de seus prefeitos, indo ao encontro do evidenciado por Queiroz, (2015).

Tendo em vista que alguns municípios precisaram ser excluídos da análise empírica por não disponibilizar dados que permitissem a mensuração dos indicadores representativos da condição financeira, foram contabilizadas 568 observações por variável. A Tabela 7 apresenta

as estatísticas descritivas para as variáveis representativas da condição financeira e as variáveis de controle.

Tabela 7 - Estatísticas Descritivas das Variáveis

Variável	Média	Desvio-Padrão	Min.	Max.	Normalidade	
					Coef.	p-valor
RPref	0,6778	0,4677	0	1	-	-
CF _{Frágil}	0,2923	0,4552	0	1	-	-
CF _{Sólida}	0,2746	0,4467	0	1	-	-
DRC	0,0726	0,1300	2,2600 ⁻⁰⁶	1,3188	0,4800	0,00001
CDC	1,0477	0,1417	0,1913	2,2353	0,7515	0,00001
AUF	0,3193	0,1649	0,0550	0,8211	0,9524	0,00001
FLG	0,4261	0,0786	0,0176	0,8754	0,9758	0,00001
CDV	54,3716	328,2948	0,1921	5.360,4940	0,1278	0,00001
RPC	4.131,95	1.867,0700	102,2777	14.777,0100	0,8588	0,00001
PRR	0,0246	0,1552	0	1	-	-
GOV	0,1849	0,3885	0	1	-	-
PIB _{pc}	23.225,1600	19.437,1400	5.417,3500	230.683,3000	0,7021	0,00001
DEN	121,7793	497,8638	0,3437	8.164,9820	0,1848	0,00001
INV	0,0902	0,0502	0,0065	0,2931	0,9358	0,00001
INV _{a-1}	0,0714	0,0451	0,0040	0,3753	0,8642	0,00001
EDU	150,8159	111,2488	12,1163	772,6431	0,7819	0,00001
SAU	1.939,1610	717,8076	140,2592	6.972,7780	0,9229	0,00001

Notas: RPref = Prefeito reeleito; CF_{Frágil} = municípios com a condição financeira classificada como frágil; CF_{Sólida} = municípios com a condição financeira classificada como sólida; DRC = Disponibilidade relativa de caixa; CDC = Cobertura de custeio; AUF = Autonomia financeira; FLG = Flexibilidade de gasto; CDV = Cobertura da dívida; RPC = Receita *per capita*; PRR = Alinhamento partidário com o Presidente; GOV = Alinhamento partidário com o Governador; PIB_{pc} = PIB *per capita*; DEN = Densidade populacional; INV = Gastos com investimentos; INV_{a-1} = Gastos com investimentos no período pré-eleitoral; EDU = Gastos com educação no período eleitoral; SAU = Gastos com saúde no período eleitoral.

Fonte: Dados da pesquisa

No que tange às variáveis representativas da condição financeira, verifica-se que, em média, 29,23% dos municípios pesquisados apresentaram condição financeira considerada frágil (CF_{Frágil}). Por outro lado, 27,46% dos entes pesquisados apresentaram condição financeira classificada com sólida (CF_{Sólida}), sendo o restante classificado como situação financeira intermediária.

O alinhamento partidário com o presidente da república (PRR) e governador do estado (GOV) também chamam a atenção do leitor. Quanto à coalização do governante municipal com o presidente da república, em pouco mais de 2% dos municípios pesquisados, o partido político do prefeito ou da coligação pela qual ele concorreu é o mesmo que o partido do governante da União. Já em relação ao alinhamento com os governadores, foram identificados 18,49% dos

municípios com aliança partidária com o mandatário estadual. Esse alinhamento político entre os gestores municipais pode auxiliar na gestão municipal a partir do aumento do repasse de recursos públicos por meio de transferências voluntárias e/ou do quantitativo de investimentos públicos de âmbito estadual ou federal favorecendo, mesmo que indiretamente, a imagem política do gestor municipal (Peixoto et al., 2021; Rocha et al., 2021). Esses cargos ainda têm grande relevância na implantação e condução de políticas públicas em áreas como a assistência social, políticas macroeconômicas e em grandes obras, o que pode gerar um legado político significativa para a reeleição municipal (Dias et al., 2018).

O PIB *per capita* foi inserido como representação da base econômica dos municípios. Analisando a amplitude da variável, fica evidente na amostra a existência de diferentes realidades quanto à produção de riqueza nos municípios brasileiros e, por consequência, a capacidade de geração de recursos próprios. Com uma média de R\$ 23.225,16 *per capita*, desvio-padrão de R\$ 19.437,14 e coeficiente de variação em 83,69%, foram observados valores entre R\$ 5.417,35 e R\$ 230.683,30.

Por outro enfoque, a densidade foi incluída por ser fator preponderante para a demanda por bens e serviços. Assim como observado na variável PIB *per capita*, a densidade apresentou realidades plurais, variando entre 0,3437 habitante por km² a 8.164,9820 habitantes por km².

Os gastos com investimentos, foram analisados em duas perspectivas: gastos no ano eleitoral (INV) e no ano pré-eleitoral (INV_{a-1}). Apesar de o ano eleitoral ter restrições de gastos em razão da dissociação entre o candidato e o gestor público, verificou-se que os valores médios da relação de gastos com investimentos sobre gastos totais são mais elevados nos anos eleitorais do que nos anos pré-eleitorais, achado que corrobora os resultados de Bartoluzzio e Anjos (2020). Nos anos eleitorais, a relação foi de R\$ 0,09 de investimento por real em relação aos gastos totais. Já nos anos pré-eleitorais, os gastos foram de R\$ 0,07 de investimento por real em relação aos gastos totais. Esse valor mais elevado em investimentos no período eleitoral possivelmente teria como objetivo a busca de visibilidade da atuação da gestão municipal atuando de forma oportunista para a busca de reeleição (Klein & Sakurai, 2015).

No que tange aos gastos com educação e saúde, apesar de ter sido definido constitucionalmente percentuais mínimos de aplicação financeira que vinculam 25% das receitas municipais em educação e 15% das receitas em saúde, os gastos nessas funções apresentam significativa grau de discricionariedade por parte dos governantes municipais (Vazquez, 2014), sendo assim bastante utilizados para evidenciar competência administrativa. Nos resultados descritivos, os gastos com saúde e educação mostraram-se bastante diferenciados entre os municípios da amostra. Com relação aos gastos com educação, observou-

se na amostra, o gasto *per capita* médio de R\$ 150,81, com desvio-padrão de R\$ 111,25. Já em relação aos gastos com saúde, os dados da pesquisa mostram o gasto médio de R\$ 1.939,16, com desvio padrão de R\$ 717,81.

Adicionalmente, a Tabela 8 apresenta a distribuição da variável dependente reeleição do prefeito. Considerando a amostra estudada, 385 prefeitos foram reeleitos nos pleitos eleitorais dos anos de 2016 e 2020, entre os 568 candidatos que tentaram a reeleição.

Tabela 8 - Distribuição de Frequência da Variável Dependente

	Frequência	Percentual	Cumulativo
Prefeitos não reeleitos (0)	183	32,22%	32,22
Prefeitos reeleitos (1)	385	67,78%	100,00
Total	568	100,00%	

Fonte: Dados da pesquisa

Para a análise das associações entre as variáveis da pesquisa, procedeu-se como recomendado por Fávero e Belfiore (2017). Inicialmente foi necessário a utilização de testes não paramétricos, tendo em vista que o teste de Shapiro-Francia indicou que as variáveis não apresentam distribuição normal. Dessa forma, a correlação entre as variáveis métricas se deu por meio do teste de *Spearman*. Já as associações entre variáveis dicotômicas e as variáveis métricas se deram por meio da correlação Ponto-Bisserial. Por fim, para as correlações entre variáveis dicotômicas, procedeu-se à associação por meio do coeficiente de correlação de Phi (r_ϕ). A matriz de correlação suscita um possível prognóstico acerca das hipóteses da pesquisa, entretanto apenas por meio da análise empírica se poderão confirmar as evidências dos indícios de forma assertiva.

Conforme dados da matriz de correlação, em geral, as variáveis apresentaram baixa correlação entre si, com valores iguais ou inferiores a 0,3, salvo algumas exceções, com destaque à associação entre o PIB *per capita* e as variáveis de condição financeira, relação já esperada em função da representatividade da capacidade de produção de riqueza na condição financeira (Lima & Diniz, 2016).

Quanto à interpretação acerca das correlações entre as variáveis representativas da condição financeira e a variável dependente, verificou-se associação significativa e com sinais correspondentes ao esperado pela literatura entre as variáveis CF_{Frágil}, CF_{Sólida} e a reeleição dos prefeitos municipais, sendo um forte indício da influência da condição financeira sobre a probabilidade de recondução dos mandatários municipais.

Além dessas correlações significativas, foram identificadas associações significativas com a variável independente gastos com saúde no período eleitoral (SAU), que também apresentou sinal de acordo com o anteriormente observado na literatura (Santos et al., 2021). Deste modo, sugerindo que gastos com a saúde da comunidade local estariam diretamente relacionados à probabilidade de reeleição dos prefeitos, gasto altamente visível para o eleitorado. Ainda, verificaram-se correlações significativas com as duas variáveis representativas de investimentos, sugestionando a influência desse tipo de gastos na probabilidade de reeleição dos governantes municipais, conforme já identificado em outros estudos (Dias et al., 2018). Por fim, a variável *dummy* representativa da região nordeste também mostrou associação significativa com a variável dependente, reforçando o observado nas estatísticas descritivas que indicaram a região nordeste como a que mais promove a reeleição dos seus prefeitos municipais.

Tabela 9 - Matriz de Correlação

	RPref	CF_{Frágil}	CF_{Sólida}	PRR	GOV	PIB	DENS	INV	INV_{a-1}	EDU	SAU	NO	NE	CO	SU
RPref	1,0000														
CF_{Frágil}	-0,1037*	1,0000													
CF_{Sólida}	0,0866*	-0,3954*	1,0000												
PRR	-0,0362	0,0227	0,0039	1,0000											
GOV	0,0469	-0,0667	-0,0187	0,0413	1,0000										
PIB_{pc}	0,0336	-0,4859*	0,5362*	0,0384	0,0116	1,0000									
DENS	-0,0131	-0,0367	0,0697	-0,0556	-0,0393	-0,0388	1,0000								
INV	0,1156*	-0,2487*	0,2411*	-0,0063	-0,0312	0,1469*	0,1547*	1,0000							
INV_{a-1}	0,1413*	-0,2090*	0,1805*	-0,0032	-0,0458	0,1858*	0,0821	0,4985*	1,0000						
EDU	0,0310	-0,2170*	0,2393*	-0,0852*	-0,0051	0,2681*	0,2953*	0,1522*	0,0861*	1,0000					
SAU	0,1266*	-0,0857*	0,1276*	-0,0200	-0,0414	0,0072	0,2165*	0,1190*	0,0766	0,5057*	1,0000				
NO	-0,0168	-0,0521	-0,0958*	0,0118	-0,0346	-0,0246	0,2775*	0,1477*	0,1123*	-0,0070	-0,0869*	1,0000			
NE	0,0924*	0,5092*	-0,4622*	-0,0505	-0,0236	-0,7009*	-0,0963*	-0,1920*	-0,2032*	-0,2251*	0,0924*	-0,2146*	1,0000		
CO	0,0046	-0,1373*	0,1358*	-0,0531	0,1126*	0,2019*	0,3500*	-0,0004	-0,0570	0,1643*	-0,0327	-0,0802	-0,2983*	1,0000	
SU	-0,0275	-0,2622*	0,3144*	0,0725	-0,0476	0,4221*	-0,0838*	0,2584*	0,3498*	0,0946*	-0,0265	-0,1131*	-0,4203*	-0,1572*	1,0000

Nota: CF_{Frágil} = municípios com a condição financeira classificada como frágil; CF_{Sólida} = municípios com a condição financeira classificada como sólida; PRR = Alinhamento partidário com o Presidente; GOV = Alinhamento partidário com o Governador; PIB_{pc} = PIB per capita; DEN = Densidade populacional; INV = Gastos com investimentos; INV_{a-1} = Gastos com investimentos no período pré-eleitoral; EDU = Gastos com educação no período eleitoral; SAU = Gastos com saúde no período eleitoral; NO = município pertencente à região Norte; NE = município pertencente à região Nordeste; CO = município pertencente à região Centro-oeste; SU = município pertencente à região sul. (*) Significante a 5%

Fonte: Dados da pesquisa

4.2 Análise Explicativa

4.2.1 Resultados com Indicador Composto de Saúde Financeira

Para a análise empírica da relação entre as variáveis representativas da condição financeira governamental e a probabilidade de reeleição dos prefeitos municipais, foi necessária a definição do modelo econométrico de regressão logística binomial tendo em vista a natureza dos *inputs* disponíveis e *outputs* fornecidos. A escolha dessa técnica está de acordo com pesquisas anteriores de escopo semelhante no âmbito nacional (Rocha et al., 2021; Vicente & Nascimento, 2012) e internacional (Chortareas et al., 2016; Cuadrado-Ballesteros et al., 2019).

Tendo sido identificadas correlações significativas e visando diagnosticar eventual presença de multicolinearidade, calcularam-se os valores do Fator de Inflação da Variância (VIF) para cada modelo, tendo-se obtido resultados individuais inferiores a 5, podendo-se concluir pela ausência de problemas de multicolinearidade (Guajarati & Porter, 2011).

Tabela 10 - Matriz VIF

Variáveis	VIF
NE	3,06
PIB	2,61
SU	1,72
CO	1,63
CF _{Sólida}	1,59
EDU	1,59
SAU	1,56
DEN	1,54
CF _{Frágil}	1,51
INV	1,50
INV _{a-1}	1,48
NO	1,48
GOV	1,03
PRR	1,03
Média VIF	1,67

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Com respeito ao pressuposto da inclusão de todas as variáveis preditoras no modelo, buscou-se o modelo que apresentou o percentual de acerto maior, o *pseudo-r*² significativo e maior entre os modelos testados e com menor número de variáveis. As demais premissas foram testadas por meio de análise gráfica dos erros.

Quanto à qualidade do ajuste do modelo, foi adotado o teste de *Hosmer-Lemeshow*, que consiste na divisão dos dados em 10 partes por meio dos decis das probabilidades estimadas pelo modelo gerado e, em seguida, comparando as frequências observadas e esperadas do número de observações em cada um dos decis por meio de um teste χ^2 para verificar se existem diferenças significativas entre as frequências observadas e esperadas do número de observações em cada um dos 10 grupos (Fávero & Belfiore, 2017). O teste então mostrou um p-valor de 0,1757, não rejeitando a hipótese nula de que as frequências esperadas e observadas sejam iguais, ao nível de significância de 5%, confirmando que o modelo final estimado não apresenta problemas em relação à qualidade do ajuste proposto.

Também, foi realizada a análise da sensibilidade e especificidade do modelo. Inicialmente, foi elaborado o gráfico de sensibilidade para definir o melhor ponto de *cutoff* do modelo. A partir da curva de sensibilidade, foi indicado o ponto de 0,58, conforme gráfico no Apêndice I. Por meio da curva ROC (*Receiver Operating Characteristic*) para todas as possibilidades de *cutoff*, que teve uma área de 0,7014, foi possível confirmar a sensibilidade, indicando uma boa discriminação entre os casos de reeleição ou não.

Ainda, no âmbito da avaliação da qualidade do modelo, verificou-se que a sensibilidade, que é a capacidade do modelo classificar um indivíduo em um grupo dado que ele realmente pertença a esse grupo, indicando a proporção dos verdadeiros positivos, foi de 83,64%. De outro modo, a especificidade do modelo, que detecta a proporção dos verdadeiros negativos, é 43,17%, evidenciando que o modelo apresenta boa capacidade de prognóstico de indivíduos que não tem as características de determinado evento, dado que ele realmente não tem. Dessa forma, a eficiência global do modelo, denominada *Correctly Classified* (percentual total de acerto da classificação), indicou que para o *cutoff* de 0,58, em aproximadamente 70,60% dos municípios observados, as variáveis independentes explicam a recondução dos prefeitos.

Assim sendo, pode-se concluir pela robustez estatística do modelo para explicar como o fenômeno da recondução dos prefeitos municipais é impactado pelas variáveis representativas de fatores financeiros e ambientais da condição financeira.

À vista disso, os resultados alcançados pelo modelo com maior poder preditivo e melhor ajuste foram os constantes na Tabela 10. Os resultados evidenciam duas formas de interpretação do modelo *logit*: pelos coeficientes estimados e pelos efeitos marginais.

Tabela 11 - Resultados do Modelo Econométrico com o Indicador Composto da Saúde Financeira

Variáveis	Coeficientes	Desv.Pad	Estatística Z	p-valor	dy/dx
CF _{Frágil}	-0,66540	0,26328	-2,53	0,011**	-0,14655
CF _{Sólida}	0,45564	0,26898	1,69	0,090*	0,09176
PRR	-0,30226	0,57448	-0,53	0,599	-0,06701
GOV	0,28451	0,25483	1,12	0,264	0,05769
PIB _{pc}	0,46656	0,25475	1,83	0,067*	0,09826
DEN	0,10872	0,08406	1,29	0,196	0,02290
INV	1,87354	2,46068	0,76	0,446	0,39459
INV _{a-1}	8,56181	2,95559	2,90	0,004***	1,80323
EDU	-0,00046	0,00107	-0,43	0,666	-0,00010
SAU	0,00031	0,00017	1,80	0,071*	0,00007
NO	0,64750	0,49182	1,32	0,188	0,11936
NE	1,54656	0,35820	4,32	0,000***	0,30720
CO	0,56375	0,39676	1,42	0,155	0,10725
SU	-0,31518	0,31230	-1,01	0,313	-0,06884
Constante	-6,14027	2,53568	-2,42	0,015**	
N		568			
LR statistic		-328,17555			
Prob > chi2		0,0000			
Corretamente Classificados		69,19%			

Notas: CF_{Frágil} = municípios com a condição financeira classificada como frágil; CF_{Sólida} = municípios com a condição financeira classificada como sólida; PRR = Alinhamento partidário com o Presidente; GOV = Alinhamento partidário com o Governador; PIB_{pc} = PIB *per capita*; DEN = Densidade populacional; INV = Gastos com investimentos; INV_{a-1} = Gastos com investimentos no período pré-eleitoral; EDU = Gastos com educação no período eleitoral; SAU = Gastos com saúde no período eleitoral; NO = município pertencente à região Norte; NE = município pertencente à região Nordeste; CO = município pertencente à região Centro-oeste; SU = município pertencente à região sul. *, **, *** Significante a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto aos resultados da análise empírica, verificou-se que as variáveis representativas do Indicador Composto da Saúde Financeira dos municípios participantes da amostra apresentaram-se estatisticamente significativas ao nível de 5% e 10%, confirmando a perspectiva teórica de que a condição financeira governamental, em seus diferentes níveis, exerce influência significativamente sobre a probabilidade de reeleição dos prefeitos municipais. Em outra perspectiva, considerando que a saúde financeira resulta na manutenção do nível de serviços em uma base contínua e adequada (Lima & Diniz, 2016), pode-se dizer que a obtenção de votos para reeleição na gestão municipal está relacionada à capacidade do governo em gerar receita suficiente para atender a pressão por gastos, no curto e longo prazo, mantendo o nível e a qualidade de serviços públicos de forma satisfatória.

À vista disso, os resultados evidenciam que o município classificado como de condição financeira sólida, segundo resultado da variável CF_{Sólida} que foi significante ao nível de 10%,

resulta na elevação da probabilidade de recondução dos respectivos prefeitos municipais em aproximadamente 0,09%, confirmando a hipótese H_1 . Em outra abordagem, os municípios que são classificados como de condição financeira frágil apresentam uma redução na probabilidade de recondução dos prefeitos municipais em aproximadamente 0,14%, confirmando H_2 , conforme se observa pelo resultado obtido $CF_{\text{Frágil}}$ que foi significativo ao nível de 5%. Assim verificou-se que, entendendo-se a condição financeira governamental como um estado decorrente da atuação do governo, o voto é um eficaz elemento de controle social das finanças públicas.

Esses achados estão de acordo com os resultados de García-Sánchez et al. (2014) e Cuadrado-Ballesteros et al. (2019) que, ao investigar a possível influência da saúde financeira dos governos locais nos ciclos políticos e na reeleição de prefeitos, identificaram que a saúde financeira governamental tem impacto positivo na reeleição de prefeitos locais, especialmente a solvência orçamentária e a solvência de nível de serviço. Em que pese tratar-se de outras abordagens, Bartoluzzio e Anjos, (2020) e Rocha et al. (2021) também identificaram relações positivas entre gestão fiscal e a probabilidade de reeleição dos governantes municipais brasileiros.

Quanto às variáveis de controle do modelo, verificou-se que o PIB_{pc} , INV_{a-1} e SAU apresentaram-se significantes, conforme previsto pela literatura (Dias et al., 2018; Lima & Diniz, 2016; Santos et al., 2021), ratificando a validade do modelo proposto.

Em relação ao PIB *per capita* (PIB_{pc}), os resultados empíricos confirmaram, ao nível de significância de 10%, a influência positiva entre a atividade econômica e a probabilidade de reeleição dos prefeitos municipais. O produto interno bruto é retratado pela literatura sobre condição financeira como uma *proxy* da atividade econômica de uma região indicando o potencial de recursos produzidos pela localidade e, por conseguinte, de o governo obter receita de impostos sem a necessidade de taxaço exacerbada (Lima & Diniz, 2016). Esse achado vai ao encontro dos resultados de Cuadrado-Ballesteros et al. (2014), indicando que maiores níveis de PIB *per capita* aumenta a sustentabilidade e os níveis de serviços que são utilizados pelos governantes como ferramentas administrativas para maximizar a quantidade de votos, impactando positivamente a reeleição dos governantes.

Em relação aos investimentos, Rogoff (1990) explica que, como forma de sinalização de suposta competência administrativa e política, os gestores públicos em busca de reeleição tendem a executar gastos mais “visíveis” em períodos pré-eleitorais, buscando tirar proveito da assimetria informacional existente entre governantes e eleitores.

À vista disso, os resultados do modelo empírico evidenciaram que os gastos com investimentos nos anos eleitorais, apesar de apresentarem sinal consoante ao previsto na literatura científica, não foram estatisticamente significantes. Em contrapartida, a variável INV_{a-1} , representativa dos gastos com investimentos nos anos pré-eleitorais, foi significativa ao nível de 1%. Esse resultado corrobora os estudos de Gonçalves et al. (2017) e Dias et al. (2018), por meio dos quais foi demonstrado que gastos na área de investimentos em períodos pré-eleitorais tendem a promover o aumento da probabilidade de reeleição dos prefeitos. Além disso, é possível entender que a significância observada em razão dos gastos pré-eleitorais, mas não nos anos eleitorais, decorre eventualmente das restrições legais pertinentes à execução orçamentária no exercício financeiro em que ocorrem as eleições.

Em contrapartida aos gastos com investimentos, gastos com políticas sociais são expandidos no período eleitoral visando colher os frutos da visibilidade política dessas despesas. Videira & Mattos (2011), dentre outros, demonstraram que gastos com saúde e educação são aumentados nos anos eleitorais buscando a satisfação dos eleitores. Apesar disso, os resultados desta pesquisa relacionados aos gastos *per capita* com educação apontam que a variável EDU não apresentou significância estatística, indicando que os gastos com educação no ano eleitoral não afetaram a probabilidade de reeleição dos prefeitos municipais. No entanto, os gastos com saúde no período eleitoral (SAU) apresentaram significância estatística ao nível de 10%, indicando que os gastos *per capita* com saúde no período eleitoral influenciam positivamente o desempenho dos candidatos à reeleição. Esses achados estão alinhados ao relatado por Peixoto et al. (2021) que, buscando entender quais fatores impactam as chances de reeleição de prefeitos, identificaram que os gestores que realizam maiores gastos em saúde são recompensados aumentando a probabilidade de reeleição.

Quanto às variáveis *dummies* representativas de região geográfica, a variável NE apresentou-se significativa ao nível de 1%, indicando que os candidatos à reeleição nos municípios localizados na região nordeste do país têm maiores chances de êxito, resultado também encontrado por Queiroz (2015) ao investigar a relação entre composição dos gastos públicos e resultados eleitorais em municípios brasileiros.

Os resultados relacionando o alinhamento partidário entre os prefeitos e o presidente, e os prefeitos o governador não confirmaram o esperado. Enquanto a expectativa era no sentido de que o alinhamento com os mandatários da União e com os respectivos governos estaduais impactassem positivamente a probabilidade de reeleição dos prefeitos municipais. Os resultados não mostraram efeitos significantes, indo de encontro aos achados de Cavalcante

(2016) e Rocha et al. (2021) que encontraram influência do alinhamento político-partidário e a probabilidade de reeleição dos prefeitos ao abordarem a perspectiva fiscal.

4.2.2 Resultados com Variáveis Analíticas de Condição Financeira

Procedidas as considerações acerca dos resultados econométricos entre o Indicador Composto da Saúde Financeira (ICSF) e a probabilidade de reeleição dos prefeitos municipais, empreendeu-se nova análise com as variáveis componentes do ICSF a fim de verificar a robustez do modelo.

Tal como procedido com o primeiro modelo, a análise dos pressupostos e qualidade deste modelo também foram conduzidas com sucesso, podendo-se concluir pela sua robustez estatística. Isso posto, os resultados encontram-se dispostos na Tabela 12.

Tabela 12 - Resultados do Modelo Econométrico com Variáveis Analíticas de Condição Financeira

Variáveis	Coefficientes	Desv.Pad	Estatística Z	p-valor	dy/dx
DRC	0,30515	0,07342	4,16	0,000***	0,0629
CDC	1,59291	0,58009	2,75	0,006***	0,3283
AUF	-1,06483	0,39831	-2,67	0,008***	-0,2194
FLG	1,18123	0,51401	2,30	0,022**	0,2434
CDV	-0,10393	0,07871	-1,32	0,187	-0,0214
RPC	1,01460	0,42652	2,38	0,017**	0,2091
PRR	-0,44738	0,62106	-0,72	0,471	-0,0996
GOV	0,35343	0,27104	1,30	0,192	0,0693
PIB _{pc}	0,85742	0,34219	2,51	0,012**	0,1767
DEN	0,20591	0,09032	2,28	0,023**	0,0424
INV	0,38150	2,57697	0,15	0,882	0,0786
INV _{a-1}	9,41300	3,16181	2,98	0,003***	1,9398
EDU	-0,00240	0,00129	-1,86	0,063*	-0,0005
SAU	0,00027	0,00020	1,35	0,176	0,0001
NO	1,06193	0,57889	1,83	0,067*	0,1723
NE	0,94062	0,39671	2,37	0,018**	0,1872
CO	0,56062	0,41873	1,34	0,181	0,1041
SU	-0,57262	0,32965	-1,74	0,082*	-0,1259
Constante	-17,07140	4,52362	-3,77	0,000***	
N		545			
LR statistic		-296.98872			
Prob > chi2		0,0000			
Corretamente Classificados		73,76%			

Notas: DRC = Disponibilidade relativa de caixa; CDC = Cobertura de custeio; AUF = Autonomia financeira; FLG = Flexibilidade de gasto; CDV = Cobertura da dívida; RPC = Receita *per capita*; PRR = Alinhamento partidário com o Presidente; GOV = Alinhamento partidário com o Governador; PIB_{pc} = PIB *per capita*; DEN = Densidade populacional; INV = Gastos com investimentos; INV_{a-1} = Gastos com investimentos no período pré-eleitoral; EDU = Gastos com educação no período eleitoral; SAU = Gastos com saúde no período eleitoral; NO = município pertencente à região Norte; NE = município pertencente à região Nordeste; CO = município pertencente à região Centro-oeste; SU = município pertencente à região sul. *, **, *** Significante a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: dados da pesquisa

Procedendo-se à análise dos novos resultados à luz do referencial teórico, a primeira constatação que pode ser feita é que a variável DRC se mostrou significativa ao nível de 1%, indicando que maior disponibilidade de caixa resulta na elevação da probabilidade de recondução dos prefeitos municipais em aproximadamente 0,06%. Esse achado corrobora com o que foi relatado por Vicente e Nascimento (2012) ao observarem que maior disponibilidade de caixa em anos eleitorais e pós-eleitorais proporciona efeito positivo na probabilidade de recondução de prefeitos municipais.

A disponibilidade relativa de caixa evidencia o acesso dos entes governamentais a recursos financeiros que serão utilizados para atender as obrigações financeiras correntes. Como explicam Lima e Diniz (2016), a condição financeira sólida de um governo pode ser evidenciada pela manutenção do nível de serviço existente, apresentando sobretudo aptidão para suportar pressões por gastos públicos no curto e longo prazo. Dessa forma a disponibilidade de caixa é fundamental.

Quanto à variável CDC, que representa a relação entre receita corrente e despesas correntes, os resultados corroboraram a perspectiva teórica (Cuadrado-Ballesteros et al., 2019; Hübscher et al., 2021) apresentando-se significativa ao nível de 1%, indicando que a maior disponibilidade de recursos orçamentários aumenta a probabilidade de recondução do gestor em cerca de 0,32%.

A variável representativa de autonomia financeira (AUF) também se apresentou significativa ao nível de 1%, porém com sinal negativo. Segundo Lima e Diniz (2016), a autonomia financeira evidencia a participação dos recursos próprios dos municípios, arrecadados diretamente ou indiretamente, em relação à receita operacional, representando a eficiência da gestão de receitas próprias. Entretanto, o desenho do federalismo fiscal adotado no Brasil atribui grande parte de obrigações descentralizando serviços para os municípios ao mesmo tempo que centraliza maior parte da arrecadação no governo central, resultando aos municípios a dependência de transferências de recursos por meio das transferências intergovernamentais (Dantas Júnior et al., 2019).

À vista disso, a autonomia financeira, apesar de salutar para os municípios, pode ser uma via de mão dupla para o candidato a reeleição, explicando o sinal negativo encontrado no modelo econométrico, tendo em vista que para aumentar as receitas próprias no período eleitoral, especialmente as tributárias, o governo municipal precisa aumentar o esforço tributário, sendo notável que os eleitores não aprovam maior carga tributária, acarretando menor probabilidade de reeleição. Alinhado a isso, a maior autonomia financeira está relacionada à criticidade mais apurada dos eleitores e, por conseguinte, o gestor precisa apresentar prestações de contas (*accountability*) mais bem elaboradas aos contribuintes locais (Vieira, 2019). Dessa maneira, a própria assimetria informacional prevista pela Teoria dos Ciclos Políticos é mitigada e o uso oportunista da estrutura pública para reeleição pode não ser efetivado.

Quanto à variável FLG, representativa da capacidade de adaptação econômica e financeira dos entes dentro dos limites de sua capacidade fiscal, verificou-se significância estatística ao nível de 5%. Em termos de efeitos marginais, os dados revelam que um aumento de 1% no indicador de flexibilidade de gastos, aumenta a probabilidade de reeleição do prefeito municipal em aproximadamente 0,24%. Esse achado corrobora os resultados de Chortareas et al. (2016) e Balaguer-Coll et al. (2015) que, estudando os determinantes da reeleição dos governantes locais gregos e espanhóis, respectivamente, verificaram que o aumento de gastos discricionários (despesas correntes) nos anos eleitorais são recompensadores quanto aos resultados eleitorais dos gestores locais. No Brasil, Bartoluzzio e Anjos (2020) também verificaram como os gastos rígidos comprometem a gestão dos recursos. Segundo esses autores, as despesas com pessoal são indicativos da rigidez nos orçamentos municipais e, dessa forma, presume-se que quanto maior for o comprometimento do ente com o pagamento de servidores e aposentados, menor será a capacidade de aplicação de recursos em outras áreas, dificultando inclusive, o alcance do equilíbrio orçamentário e, por conseguinte, a própria condição financeira do governo.

No que se refere à variável RPC, os dados mostram que essa variável se apresentou significativa ao nível de 5%, indicando que o aumento da receita *per capita* exerce influência positiva na probabilidade de reeleição dos prefeitos municipais em aproximadamente 0,20%. Esse achado é condizente com os estudos de Balaguer-Coll e Brun-Martos (2013), Klein e Sakurai (2015) e Bohn e Veiga (2021), que identificaram impactos significativos e positivos das receitas públicas sobre a probabilidade de reeleição dos prefeitos municipais.

Após verificada a robustez do modelo de análise com o Indicador Composto da Saúde Financeira, procedeu-se a elaboração de tabela comparativa a fim de evidenciar os resultados de ambos os modelos. A Tabela 13 evidencia os dados comparativamente.

Tabela 13 - Comparativo entre os modelos com o Indicador Composto da Saúde Financeira e com Variáveis Analíticas de Condição Financeira

	Variáveis	Modelo 1		Modelo 2	
		Coeficientes	Desv.Pad	Coeficientes	Desv.Pad
H ₁	CF _{Frágil}	-0,6654**	0,26328	-	-
H ₂	CF _{Sólida}	0,45564*	0,26898	-	-
CONDIÇÃO FINANCEIRA (ROBUSTEZ)	DRC	-	-	0,30515***	0,07342
	CDC	-	-	1,59291***	0,58009
	AUF	-	-	-1,06483***	0,39831
	FLG	-	-	1,18123**	0,51401
	CDV	-	-	-0,10393	0,07871
	RPC	-	-	1,0146**	0,42652
CONTROLES	PRR	-0,30226	0,57448	-0,44738	0,62106
	GOV	0,28451	0,25483	0,35343	0,27104
	PIB _{pc}	0,46656*	0,25475	0,85742**	0,34219
	DEN	0,10872	0,08406	0,20591**	0,09032
	INV	1,87354	2,46068	0,3815	2,57697
	INV _{a-1}	8,56181***	2,95559	9,413***	3,16181
	EDU	-0,00046	0,00107	-0,0024*	0,00129
	SAU	0,00031*	0,00017	0,00027	0,0002
	NO	0,6475	0,49182	1,06193*	0,57889
	NE	1,54656***	0,3582	0,94062**	0,39671
	CO	0,56375	0,39676	0,56062	0,41873
	SU	-0,31518	0,3123	-0,57262*	0,32965
	Constante	-6,14027**	2,53568	-17,0714***	4,52362
N		568		545	
LR statistic		-328,17555		-296,98872	
Prob > chi2		0,000		0,000	
Corretamente Classificados		69,19%		73,76%	

Notas: CF_{Frágil} = municípios com a condição financeira classificada como frágil; CF_{Sólida} = municípios com a condição financeira classificada como sólida; DRC = Disponibilidade relativa de caixa; CDC = Cobertura de custeio; AUF = Autonomia financeira; FLG = Flexibilidade de gasto; CDV = Cobertura da dívida; RPC = Receita per capita; PRR = Alinhamento partidário com o Presidente; GOV = Alinhamento partidário com o Governador; PIB_{pc} = PIB per capita; DEN = Densidade populacional; INV = Gastos com investimentos; INV_{a-1} = Gastos com investimentos no período pré-eleitoral; EDU = Gastos com educação no período eleitoral; SAU = Gastos com saúde no período eleitoral; NO = município pertencente à região Norte; NE = município pertencente à região Nordeste; CO = município pertencente à região Centro-oeste; SU = município pertencente à região sul. *, **, *** Significante a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Dados da Pesquisa

Como se observa na Tabela 13, as variáveis representativas da condição financeira, em ambos os modelos, foram estatisticamente significantes, demonstrando a robustez do estudo e,

por conseguinte, que a saúde financeira dos municípios influencia a probabilidade de reeleição dos respectivos prefeitos. Em ambos os casos, variáveis de controle também se apresentaram significantes, melhorando o ajuste do modelo. Destacando-se a variável relativa ao PIB *per capita*, aos investimentos no período pré-eleitoral e a variável *dummy* representativa da região nordeste significantes estatisticamente em ambos os modelos.

Quanto ao Indicador Composto da Saúde Financeira proposto por Lima et al. (2022), verificou-se também que essa variável se mostrou adequada para retratar a condição financeira governamental dos municípios brasileiros, assim como os indicadores que compõem o ICSF.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em contextos de instabilidade política e econômica, como o vivenciado nos últimos anos no Brasil, a busca por métodos que possam melhorar o controle das finanças públicas tem distinta significância prática para a gestão governamental e, por conseguinte, para melhoria da prestação de serviços à sociedade. À vista disso, com base na teoria dos ciclos políticos e na teoria da condição financeira, buscou-se contribuir empiricamente com as pesquisas na área de finanças públicas ao relacionar a condição financeira governamental dos municípios brasileiros à reeleição dos prefeitos nas eleições municipais.

Com a finalidade de explorar a relação entre o ambiente político e a saúde financeira, o objetivo deste estudo foi entender em que medida a condição financeira dos municípios brasileiros influencia a probabilidade de reeleição dos prefeitos nas eleições municipais. Para isso, foram testadas as hipóteses H_1 (quanto mais sólida a condição financeira governamental, maior a probabilidade de recondução do prefeito), e H_2 (quanto mais frágil a condição financeira governamental, menor a probabilidade de recondução do prefeito). Essas hipóteses visaram testar empiricamente a perspectiva teórica que sugere a atuação oportunista de governantes em busca de reeleição ao manipular os munícipes por não possuírem informações suficientes para identificar que a condução das atividades governamentais não é sustentável sob o aspecto fiscal.

Para testar as hipóteses, foi elaborado um banco de dados com variáveis coletadas da base de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), do Tribunal Superior Eleitoral e do IBGE, abrangendo os anos de 2016 e 2020. Como técnica econométrica, utilizou-se a regressão logística por fornecer *outputs* em termos de probabilidade, assim como pelo fato da variável dependente ser dicotômica.

Os resultados empíricos indicaram que quando o município foi classificado como de condição financeira sólida, eleva-se a probabilidade de recondução dos respectivos prefeitos municipais em aproximadamente 0,09%, confirmando a hipótese H_1 por meio da variável $CF_{\text{Frágil}}$ que apresentou significância estatística ao nível de 5%.

Por outro lado, os municípios que foram classificados como de condição financeira frágil apresentaram redução na probabilidade de recondução dos prefeitos municipais em aproximadamente 0,14%, confirmando H_2 com base na variável $CF_{\text{Sólida}}$ que se apresentou significância estatística ao nível de 10%.

Adicionalmente, foi procedida nova análise com as variáveis componentes do Indicador Composto de Saúde Financeira (ICSF) a fim de verificar a robustez do modelo. No segundo modelo, as variáveis Disponibilidade Relativa de Caixa (DRC), Cobertura de Custeio (CDC) e Autonomia Financeira (AUF) mostraram-se significantes ao nível de 1%. Já Flexibilidade de Gastos (FLG) e a Receita *per capita* (RPC) foram significantes ao nível de 5%, demonstrando a robustez do modelo e ratificando as hipóteses anteriormente testadas, sendo evidenciada a influência da condição financeira na probabilidade de reeleição do prefeito municipal.

Esses achados corroboram o ponto de vista teórico ao indicar que a condição financeira governamental, em seus diferentes níveis, exerce influência significativa sobre a probabilidade de reeleição dos prefeitos. Outrossim, tendo em vista que a saúde financeira resulta na preservação do nível de serviços em base contínua e adequada (Lima & Diniz, 2016), conclui-se que há relação positiva entre a capacidade do governo em gerar receita suficiente para atender a pressão por gastos, mantendo o nível e a qualidade de serviços públicos de forma satisfatória, e a obtenção de votos para reeleição na gestão municipal.

A condição financeira governamental é sabidamente um fenômeno complexo sobre a qual fatores internos e externos à organização governamental exercem influência determinante, especialmente o ambiente político e as decisões políticas consequentes, entretanto é conduzida pela atuação decisória político-administrativa do respectivo governo. Em relação aos fatores ambientais, os governos locais têm pouco ou nenhum controle, dessa forma é preciso entender suas nuances e projetar ações mitigadoras para evitar problemas financeiros em caso de situações não esperadas.

Sendo assim, destaca-se a contribuição empírica sobre a compreensão do fenômeno da manipulação financeira e fiscal em períodos eleitorais visando interesses privados e como a condição financeira influencia a probabilidade de reeleição do governante municipal. A partir dos achados desta pesquisa, constatou-se empiricamente que o voto é um instrumento eficaz de controle social à disposição do cidadão e da sociedade civil adequado a alinhar as ações econômicas e financeiras dos gestores públicos aos interesses da população.

Isso posto, constata-se o alcance dos objetivos propostos ao indicar em que medida a condição financeira governamental impacta a probabilidade de reeleição dos prefeitos nas eleições municipais.

Quanto às limitações da pesquisa, pode-se apontar a disponibilidade e qualidade dos dados financeiros e contábeis dos municípios brasileiros. Tendo em vista a própria complexidade da condição financeira, dados financeiros não puderam ser coletados em razão da limitação de disponibilidade das informações nos bancos de dados pesquisados. Essa

indisponibilidade limitou o período estudado e a própria composição da amostra, retirando diversos municípios do campo de estudo. Além disso, em razão da pluralidade política no Brasil, país de dimensões continentais, os achados podem requerer interpretações cuidadosas, pois o amplo espectro político pode não ter sido captado nas variáveis.

Finalmente, pontua-se que os achados obtidos nessa pesquisa não devem ser vistos como uma resposta categórica sobre a influência da condição financeira na reeleição dos prefeitos municipais. Tendo em vista que não há um consenso acerca da melhor forma de mensuração da condição financeira, sugere-se a utilização de outros métodos de mensuração da saúde financeira governamental para analisar a relação entre condição financeira e ciclos políticos, bem como a utilização de outras variáveis que retratem os aspectos políticos, especialmente os locais. Outrossim, estudos com estados brasileiros também podem evidenciar relações importantes tendo em vista o menor quantitativo de entes federativos e a melhor organização e disponibilidade dos dados contábeis e financeiros.

REFERÊNCIAS

- ÅKERMAN, J. (1947). Political Economic Cycles. *Kyklos*, 1(2), 107–117.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-6435.1947.tb00420.x>
- Alesina, A., & Paradisi, M. (2017). Political budget cycles: Evidence from Italian cities. *Economics and Politics*, 29(2), 157–177. <https://doi.org/10.1111/ecpo.12091>
- Balaguer-Coll, M. T., & Brun-Martos, M. I. (2013). El efecto del gasto público sobre las posibilidades de reelección de los gobiernos locales. *Revista de Contabilidad*, 16(1), 74–80. [https://doi.org/10.1016/S1138-4891\(13\)70008-6](https://doi.org/10.1016/S1138-4891(13)70008-6)
- Balaguer-Coll, M. T., Brun-Martos, M. I., Forte, A., & Tortosa-Ausina, E. (2015). Local governments' re-election and its determinants: New evidence based on a Bayesian approach. *European Journal of Political Economy*, 39, 94–108.
<https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2015.04.004>
- Bartoluzzio, A. I. S. de S., & Anjos, L. C. M. dos. (2020). Ciclos Políticos e Gestão Fiscal nos Municípios Brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(2), 167–180.
<https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190190>
- Bisogno, M., Cuadrado-Ballesteros, B., Santis, S., & Citro, F. (2019). Budgetary solvency of Italian local governments: an assessment. *International Journal of Public Sector Management*, 32(2), 122–141. <https://doi.org/10.1108/IJPSM-11-2017-0328>
- Bohn, F., & Veiga, F. J. (2021). Political forecast cycles. *European Journal of Political Economy*, 66(April 2020), 101934. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2020.101934>
- Brown, K. W. (1993). The 10-point test of financial condition: Toward an easy-to-use assessment tool for smaller cities. *Government Finance Review*, 24(4), 445–455.
- Brusca, I., & Montesinos, V. (2006). Are citizens significant users of government financial information? *Public Money and Management*, 26(4), 205–209.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-9302.2006.00526.x>
- Cabaleiro Casal, R., Buch Gómez, E. J., & Vaamonde Liste, A. (2014). Financial situation and political parties in local governments: Empirical evidence in the Spanish municipalities. *Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de La Empresa*, 20(3), 110–121. <https://doi.org/10.1016/j.iedee.2013.11.001>
- Cavalcante, P. (2015). Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. *Opinião Pública*, 21(1), 87–104. <https://doi.org/10.1590/1807-019121187>
- Cavalcante, P. (2016). Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. *Revista de Administração Pública*, 50(2), 307–330.
<https://doi.org/10.1590/0034-7612146623>
- Chortareas, G., Logothetis, V., & Papandreou, A. A. (2016). Political budget cycles and reelection prospects in Greece's municipalities. *European Journal of Political Economy*, 43, 1–13. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2016.02.001>
- CNM, C. N. dos M. (2020). *Situação fiscal dos Municípios Brasileiros – Decretos de*

- Calamidade Financeira*. Estudos Técnicos/CNM. <https://www.cnm.org.br/biblioteca>
- Coe, C. K. (2008). Preventing local government fiscal crises: Emerging best practices. *Public Administration Review*, 68(4), 759–767. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2008.00913.x>
- Corrar, L. J., Edilson, P., & Filho, J. M. D. (2009). *Análise Multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia* (1st ed.). Atlas.
- Cuadrado-Ballesteros, B., Mordán, N., & García-Sánchez, I. M. (2014). Is Local Financial Health Associated with Citizens' Quality of Life? *Social Indicators Research*, 119(2), 559–580. <https://doi.org/10.1007/s11205-013-0533-2>
- Cuadrado-Ballesteros, B., Santis, S., Citro, F., & Bisogno, M. (2019). Does financial health influence the re-election of local governments? *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 31(3), 345–363. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-10-2018-0114>
- Cunha, A. M., Ferreira, A. da C. S., & Fernandes, M. J. (2018). The Impact of Accounting Information and Socioeconomic Factors in the Re-Election of Portuguese Mayors. In *Handbook of Research on Modernization and Accountability in Public Sector Management* (Issue March, pp. 406–432). <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-3731-1.ch019>
- Dantas Júnior, A. F. (2018). *A influência do federalismo fiscal sobre o estresse fiscal dos municípios brasileiros*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba.
- Dantas Júnior, A. F., Diniz, J. A., & Lima, S. C. de. (2019). A influência do Federalismo Fiscal sobre o Estresse Fiscal dos municípios brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 12(3), 062–078. <https://doi.org/10.14392/asaa.2019120304>
- Dias, B. P., Nossa, V., & Monte-Mor, D. S. (2018). O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 880–898. <https://doi.org/10.1590/0034-7612172594>
- Donato, I. T. S. (2020). *Fatores financeiros determinantes do stress fiscal dos estados brasileiros*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Downs, A. (1957). An Economic Theory of Political Action in a Democracy. *Journal of Political Economy*, 65(2), 135–150. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6435.1986.tb01254.x>
- Fair, R. C. (1975). On Controlling the Economy to Win Elections. *Cowles Foundation Discussion Papers n. 397*.
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de Análise de Dados*. Elsevier.
- García-Sánchez, I. M., Mordán, N., & Cuadrado-Ballesteros, B. (2014). Do electoral cycles affect local financial health? *Policy Studies*, 35(6), 533–556. <https://doi.org/10.1080/01442872.2014.971727>
- García-Sánchez, I. M., Mordán, N., & Prado-Lorenzo, J. M. (2012). Effect of the political system on local financial condition: Empirical evidence for Spain's largest municipalities. *Public Budgeting and Finance*, 32(2), 40–68. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5850.2011.00986.x>

- Gonçalves, L. G., Funchal, B., & Bezerra Filho, J. E. (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: Um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 462–481. <https://doi.org/10.1590/0034-7612156337>
- Gorina, E., Joffe, M. D., & Maher, C. (2018). Using Fiscal Ratios to Predict Local Fiscal Distress. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3169363>
- Gorina, E., Maher, C., & Joffe, M. (2018). Local Fiscal Distress: Measurement and Prediction. *Public Budgeting and Finance*, 38(1), 72–94. <https://doi.org/10.1111/pbaf.12165>
- Groves, S. M., Valente, M. G., & Nollenberger, K. (2003). *Evaluating financial condition: A handbook for local government* (4th ed.). ICMA.
- Guajarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica* (5ed ed.). AMGH Editora Ltda.
- Hayes, T. W. (1990). *Debt indicators and criteria for the assessment of California's total outstanding public debt*. California: California Debt Advisory Commission.
- Hibbs Jr, D. A. (1977). Political Parties and Macroeconomic Policy. *American Political Science Review*, 71(4), 1467–1487.
- Hübscher, E., Sattler, T., & Wagner, M. (2021). Voter Responses to Fiscal Austerity. *British Journal of Political Science*, 51(4), 1751–1760. <https://doi.org/10.1017/S0007123420000320>
- Kalecki, M. (1943). POLITICAL ASPECTS OF FULL EMPLOYMENT¹. *The Political Quarterly*, 14(4), 322–330. <https://doi.org/10.1111/j.1467-923X.1943.tb01016.x>
- Klein, F. A. (2010). Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. *Revista de Administração Pública*, 44(2), 283–337. <https://doi.org/10.1590/s0034-76122010000200006>
- Klein, F. A., & Sakurai, S. N. (2015). Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21–36. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2014.10.008>
- Kloha, P., Weissert, C. S., & Kleine, R. (2005). Developing and testing a composite model to predict local fiscal distress. *Public Administration Review*, 65(3), 313–323. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2005.00456.x>
- Kramer, G. H. (1971). Short-Term Fluctuations in U.S. Voting Behavior, 1896–1964. *American Political Science Review*, 65(1), 131–143. <https://doi.org/10.2307/1955049>
- Lima, S. C. De, & Diniz, J. A. (2016). *Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental*. Atlas.
- Lima, S. C. De, Vieira, L. M. E. da R., & Freitas Neto, R. M. de. (2022). Modelo de Mensuração da Condição Financeira dos Governos Locais Brasileiros. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4270882>.
- Martins, G. D. A., & Theóphilo, C. R. (2016). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas* (3.ed). Atlas.

- McDonald, B. D. (2018). Local Governance and the Issue of Fiscal Health. *State and Local Government Review*, 50(1), 46–55. <https://doi.org/10.1177/0160323x18765919>
- Melo, G. R. de, & Slomski, V. (2007). A situação financeira dos Estados Brasileiros: uma proposta utilizando análise discriminante. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 1(1), 73–86. www.revistas.usp.br/rco/article/view/34698
- Mitchell, D. T., & Stansel, D. (2015). State Fiscal Crises: Abilities to Withstand Recessions. *SSRN Electronic Journal*, January. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3211612>
- Navarro-Galera, A., Buendía-Carrillo, D., Lara-Rubio, J., & Rayo-Cantón, S. (2017). Do Political Factors Affect the Risk of Local Government Default? Recent Evidence from Spain. *Lex Localis - Journal of Local Self-Government*, 15(1), 43–66. [https://doi.org/10.4335/15.1.43-66\(2017\)](https://doi.org/10.4335/15.1.43-66(2017))
- Nordhaus, W. D. (1975). The Political Business Cycle. *The Review of Economic Studies*, 42(2), 169. <https://doi.org/10.2307/2296528>
- Peixoto, V. de M., Pessanha Leal, J. G. R., Souza, R. B. de, & Machado, M. V. H. (2021). Uma análise dos determinantes da reeleição de prefeitos nos municípios brasileiros em 2016. *Agenda Política*, 9(3), 86–117. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4236>
- Prado-Lorenzo, J.-M., García-Sánchez, I.-M., & Cuadrado-Ballesteros, B. (2012). Sustainable cities: do political factors determine the quality of life? *Journal of Cleaner Production*, 21(1), 34–44. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.08.021>
- Queiroz, D. B. de. (2015). *Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais*. Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Rocha, T. C. da, Araújo, J. M. de, & Brunozi Júnior, A. C. (2021). Determinantes Orçamentários, Políticos e Socioeconômicos da Sucessão Político-Partidária: evidências sobre o comportamento eleitoral em municípios brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(3), 35–52. <https://doi.org/10.14392/asaa.2021140302>
- Rodríguez Bolívar, M. P., Navarro-Galera, A., Alcaide Muñoz, L., & López Subirés, M. D. (2016). Risk Factors and Drivers of Financial Sustainability in Local Government: An Empirical Study. *Local Government Studies*, 42(1), 29–51. <https://doi.org/10.1080/03003930.2015.1061506>
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium Political Budget Cycles. *The American Economic Review*, 80(1), 21–36. <https://doi.org/10.1057/9780230226203.0037>
- Rogoff, K., & Sibert, A. (1988). Elections and Macroeconomic policy Cycles. *The Review of Economic Studies*, 55(1), 1–16.
- Santos, D. D. T. (2019). *A influência do perfil socioeconômico da população na condição financeira dos estados brasileiros*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba.
- Santos, D. V. dos, Costa, P. de S., & De Azevedo, R. R. (2021). Descentralização da Execução da Despesa Orçamentária e seu Efeito no Gasto Municipal. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(1), 141–159.

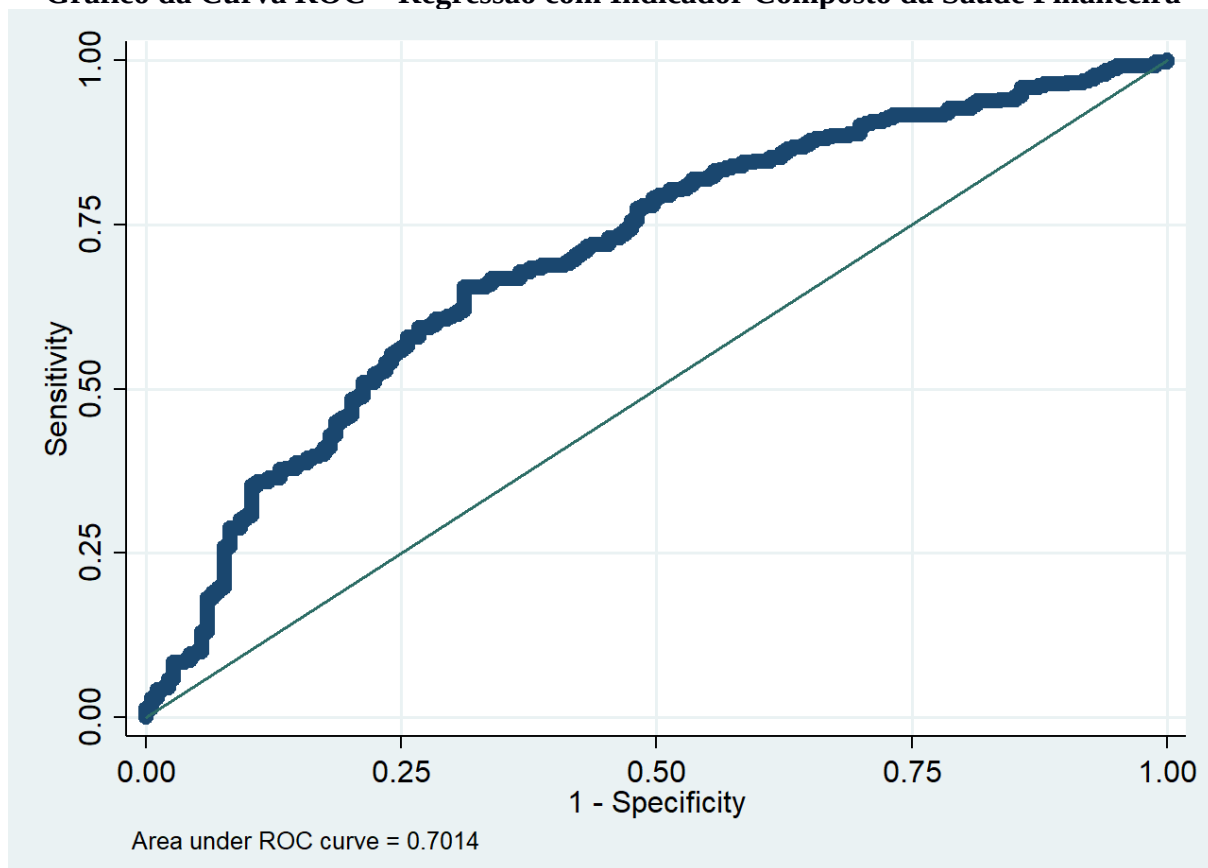
<https://doi.org/10.14392/asaa.2021140105>

- Shamsub, H., & Akoto, J. B. (2004). State and local fiscal structures and fiscal stress. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 16(1), 40–61. <https://doi.org/10.1108/jpbafm-16-01-2004-b003>
- Silva, F. D. F., & Braga, M. J. (2013). Determinantes da reeleição municipal da Bahia para o período de 2000-2008. *Planejamento e Políticas Públicas*, 40, 257–276.
- Singla, A., & Stone, S. B. (2018). Fiscal Decentralization and Financial Condition. *State and Local Government Review*, 50(2), 119–131. <https://doi.org/10.1177/0160323x18794014>
- Souza, D. C. de F. (2020). *Influência da condição financeira governamental sobre os gastos com investimento público nos maiores municípios brasileiros*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba.
- Stalling, W. (1979). Measuring the fiscal condition of local governments: a growing concern. In *Resources in Review* (March/Apri).
- Talving, L. (2017). The electoral consequences of austerity: economic policy voting in Europe in times of crisis. *West European Politics*, 40(3), 560–583. <https://doi.org/10.1080/01402382.2016.1271600>
- Vazquez, D. A. (2014). Mecanismos Institucionais de Regulação Federal e seus Resultados nas Políticas de Educação e Saúde. *Dados*, 57(4), 969–1005. <https://doi.org/10.1590/00115258201430>
- Veiga, L. G., & Veiga, F. J. (2007). Political business cycles at the municipal level. *Public Choice*, 131(1–2), 45–64. <https://doi.org/10.1007/s11127-006-9104-2>
- Vicente, E. F. R., & Nascimento, L. S. (2012). A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: Um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 106–126. <https://doi.org/10.11606/rco.v6i14.45402>
- Vieira, R. A., & Mattos, E. (2011). Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros. *Economia Aplicada*, 15(2), 259–286. <https://doi.org/10.1590/S1413-80502011000200005>
- Vieira, L. M. E. da R. (2019). *Impacto das instituições fiscais na condição financeira dos estados brasileiros*. Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba. <http://www.ccsa.ufpb.br/ppgcc/contents/documentos/teses/tese-luis-vieira-final.pdf/view>
- Wang, X., Dennis, L., & Tu, Y. sen jeff. (2007). Measuring financial condition: A Study of U.S. States. *Public Budgeting and Finance*, 27(2), 1–21. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5850.2007.00872.x>

APÊNDICES

APÊNDICE I

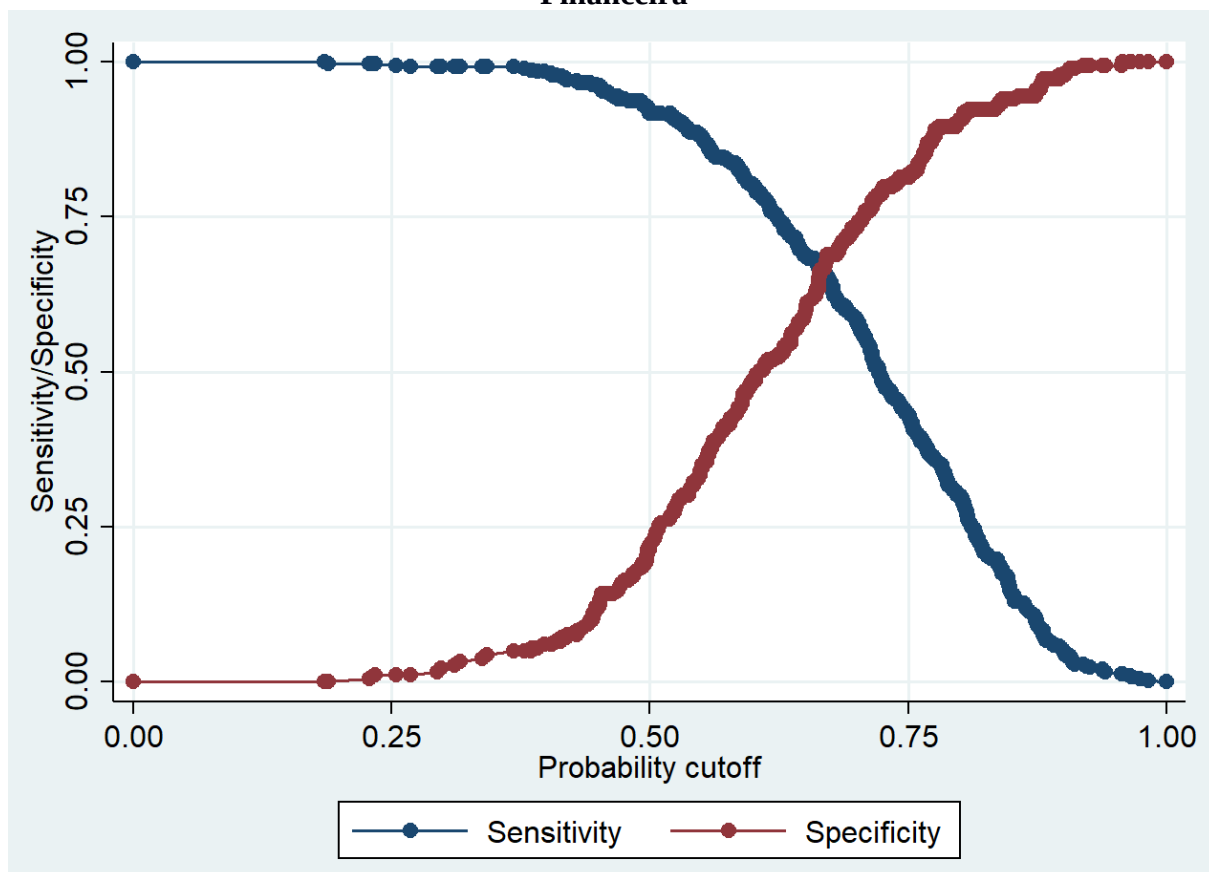
Gráfico da Curva ROC – Regressão com Indicador Composto da Saúde Financeira



Fonte: Dados da pesquisa

APÊNDICE II

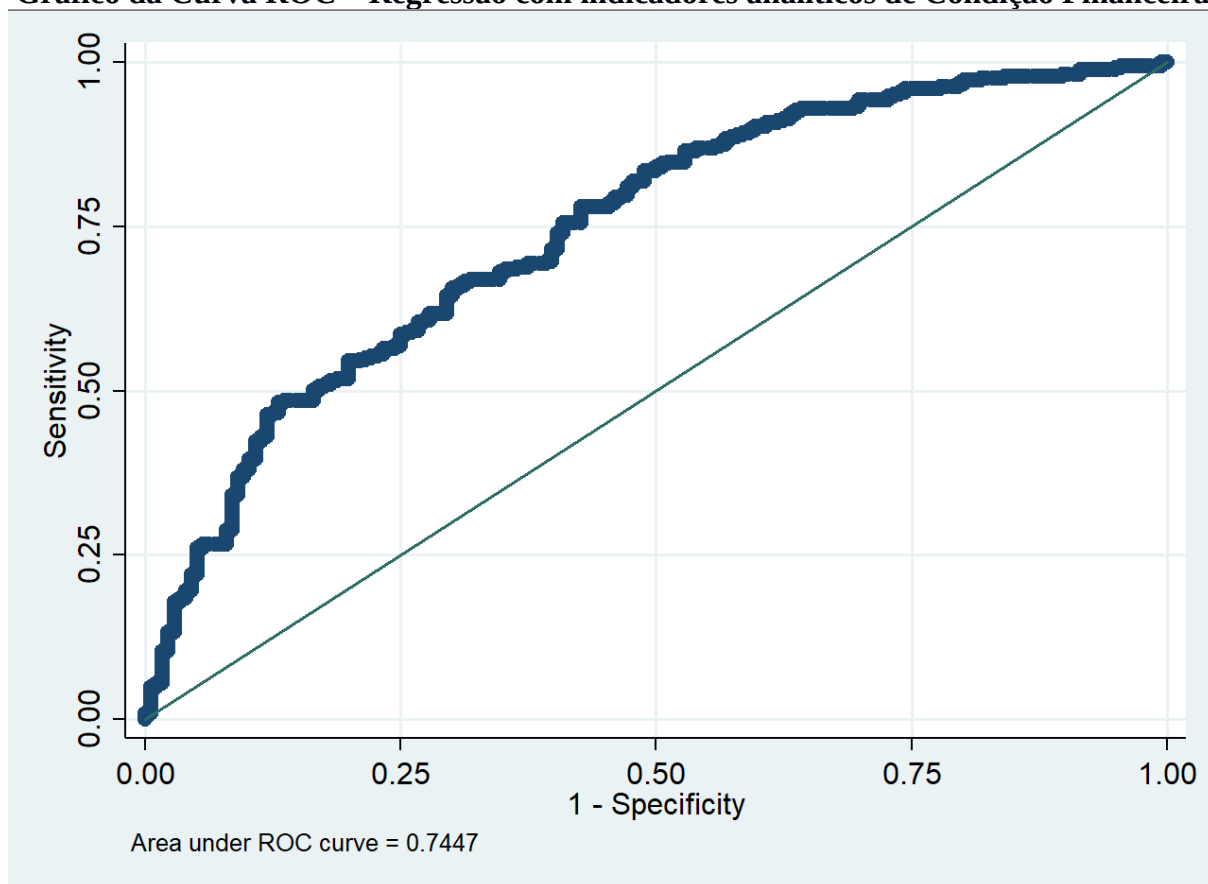
Gráfico da Curva de *Cutoff* ROC – Regressão com Indicador Composto da Saúde Financeira



Fonte: Dados da pesquisa

APÊNDICE III

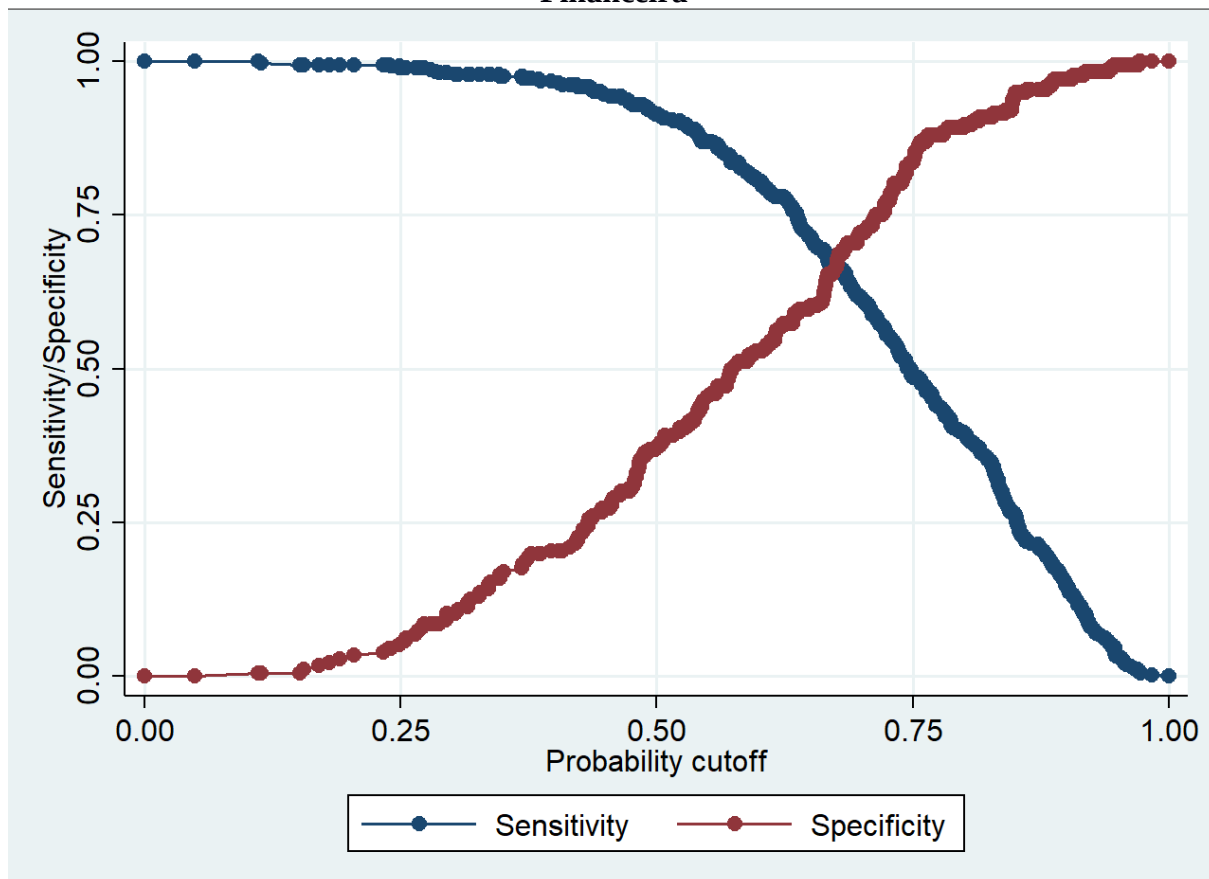
Gráfico da Curva ROC – Regressão com indicadores analíticos de Condição Financeira



Fonte: Dados da pesquisa

APÊNDICE IV

Gráfico da Curva de *Cutoff* ROC – Regressão com indicadores analíticos de Condição Financeira



Fonte: Dados da pesquisa